

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

“Depois do Fogo, as Cinzas: um estudo do jornalismo e sociedade a partir  
do incêndio no Camelódromo da Central do Brasil”

Seiji Felipe Prata Pacheco Nomura

Rio de janeiro

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

“Depois do Fogo, as Cinzas: um estudo do jornalismo e sociedade a partir  
do incêndio no Camelódromo da Central do Brasil”

Monografia submetida à Banca de graduação  
como requisito para obtenção do diploma de  
Comunicação Social - Jornalismo

Seiji Felipe Prata Pacheco Nomura  
Orientador: Prof.Dr. Muniz Sodré de Araújo Cabral  
Co-orientadora: Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. Raquel Paiva de Araújo Cabral

Rio de janeiro

2010

## Ficha catalográfica

NOMURA, Seiji Felipe Prata Pacheco

“Depois do Fogo, as Cinzas: um estudo de caso do jornalismo e sociedade a partir do caso do incêndio no Camelódromo da Central do Brasil”. Rio de Janeiro, 2010.

51 f.

Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social (Jornalismo) —  
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Escola de Comunicação  
— ECO.

Orientador: Prof. Dr. Muniz Sodré de Araújo Cabral

Co-orientadora: Prof<sup>ª</sup>.Dr<sup>ª</sup>.Raquel Paiva de Araújo Cabral

1. Camelô. 2. Camelódromo. 3. Jornalismo impresso. 4. Branding urbano.  
5. Cidade. 6. Discurso. I. Sodré, Muniz (Orient.). II. Universidade Federal  
do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**TERMO DE APROVAÇÃO**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia o Trabalho de Conclusão de Curso “Depois do fogo, as Cinzas: um estudo do jornalismo e sociedade a partir do caso do incêndio do camelódromo da Central do Brasil”, elaborado por Seiji Felipe Prata Pacheco Nomura.

Rio de Janeiro, 29 de Novembro de 2010.

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Muniz Sodré de Araújo Cabral  
Pós-Doutor pela Université Paris-Sorbonne (Paris IV)  
Departamento de Comunicação – UFRJ

Prof. Dr. Márcio Tavares D’Amaral  
Pós-Doutor pela Université Paris-Descartes  
Departamento de Comunicação - UFRJ

Profª. Dra. Cristina Rego Monteiro  
Doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Departamento de Comunicação — UFRJ

## Rio de Janeiro

2010

NOMURA, Seiji Felipe Prata Pacheco. “Depois do fogo, as cinzas: um estudo do jornalismo e sociedade a partir do caso do incêndio do Camelódromo da Central do Brasil”. Orientador: Prof.Dr. Muniz Sodré de Araújo Cabral; Co-orientadora: Prof<sup>ª</sup>.Dr<sup>ª</sup>.Raquel Paiva de Araújo Cabral Trabalho de Conclusão de Curso de Comunicação Social (Jornalismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação. Rio de Janeiro, 2010

### RESUMO

Este trabalho pretende analisar as coberturas dos jornais "O Globo" e "O Dia" a respeito do incêndio que destruiu metade do camelódromo da Central do Brasil no dia 26 de abril de 2010 e deixou duas mil pessoas desempregadas. O incêndio ocorreu exatamente no dia da inauguração da Unidade da Polícia Pacificadora no Morro da Providência e abriu espaço para a expansão do Terminal Rodoviário Américo Fontenelle, essencial para as Olimpíadas 2016 do Rio de Janeiro. Diante de um panorama em que o Brasil pode chegar à posição de quarta economia do mundo em 2010, de acordo com o Banco Internacional, o Rio de Janeiro hegemônico busca encontrar um lugar dentro da estrutura nacional. A cidade, tendo a economia e o prestígio prejudicados pela perda da sua condição de capital nacional, busca apoio em pontos como seus portos e o petróleo, mas também se destaca em sua economia a “cultura” e o turismo — indústrias que atuarão diretamente na construção da cidade, tanto em sua malha urbanística quanto no imaginário.

## AGRADECIMENTOS

*Aos meus pais Masaru Nomura e Marta Nomura, pelo apoio e preocupações com a minha formação*

*À minha namorada Graziela Gama Carvalho e a meus amigos, que me ajudaram muito nessa trajetória. Especialmente, agradeço à Marcello Henrique Corrêa e Monique Pereira da Silva, que aguentaram horas e horas de papo sobre a monografia.*

*Ao meu orientador, Muniz Sodré, por ser um dos principais responsáveis por este trabalho, tanto como autor quanto como professor, e um das maiores referências para mim no campo.*

*À minha co-orientadora, Raquel Paiva, pelo seu livro “Cidade dos Artistas” e por ser também uma das pessoas mais importantes para a realização desta monografia*

*A Márcio D’Amaral, o professor mais presente durante a faculdade e membro da minha banca de avaliação. São inestimáveis o conhecimento e atenção que ele me concedeu durante esses quatro anos.*

*À Cristina Rego Monteiro da Luz, que me orientou durante a Jornada de iniciação científica e que me acompanhará na banca de avaliação. Esse trabalho também não existiria sem ela.*

*A meus outros colegas de faculdade e os funcionários da Escola de Comunicação. Principalmente o porteiro Celso, companheiro de algumas cervejas e um sem-número de conversas.*

## **SUMÁRIO**

### **1. Introdução**

### **2. Relato sobre Camelódromo**

#### **2.1. Pés no chão do camelódromo**

#### **2.2. Uma descrição memorialística do Camelódromo da Central do Brasil**

#### **2.3. Camelódromo e o poder público**

### **3. Brasil, Globalização e Cidade**

#### **3.1. Ordem e Segurança**

#### **3.2. O moderno urbano em tempos pós-modernos**

### **4. Análise dos jornais**

### **5. Conclusão**

## 1. Introdução

Cada cidade possui como que uma alma, que escapa a qualquer tentativa de definição ou apropriação e que diferencia uma da outra. Como a voz de um ente querido ou o rastro de um perfume familiar, adentrar uma cidade conhecida traz à tona vínculos afetivos, histórias, muda nossa postura – efetivamente, é adentrar um novo território.

Essa “alma” de que se fala, que não é a transcendental ou religiosa, é motivo de disputas e transformações durante a vida de uma cidade. Quando algo se estremece em seu interior, todos aqueles que trazem em si uma partícula dela sentem seu pulsar. Mas no dia 27 de Abril de 2010, não era necessário conhecer a cidade do Rio de Janeiro para perceber que “alguma coisa acontecia em seu coração”.

Por onde fluíam carros, motos e vans, as ruas estancaram rapidamente. Numa súbita interrupção da sua orquestra de barulhos rotineira, a cidade gemia com buzinas e gritos humanos. Acima dos arranha-céus, das favelas e do trânsito caótico, uma fumaça densa tingia o céu de cinza, serpentina como uma nebulosa cheia de gás carbônico, mas que carregava mais do que isso. Se para quem andava pelo Centro do Rio a fumaça era apenas o prenúncio de um incêndio, para os camelôs da Central do Brasil era muito mais. Diante de seus olhos, queimavam mais do que as lojas onde trabalharam por décadas, era um pedaço do que lhes parecia mais próprio e essencial se esvaindo com a fumaça.

O camelódromo da Central, como nós que nos habituamos a ele o chamávamos, não era como um investimento no mercado de ações, com suas perdas e ganhos financeiros. Durante quase trinta anos, ele foi parte da vida dos comerciantes ambulantes e dos moradores do subúrbio carioca que vinham trabalhar no Centro, lugar de vida social e cultural, onde nasceram ou se encontraram centenas de amores e amantes e até se perderam vidas. Inclusive, era ponto de entrada no mercado de trabalho e na vida social brasileiros para imigrantes congoleses e de outros países africanos. Dessas coisas sabemos nós, os que conheceram e viveram com aquele lugar.



Quem foi ver televisão na hora do jantar ou leu jornal nos dias seguintes, teve acesso a outras realidades. “Inferno no Camelódromo: incêndio destrói 400 lojas”, anunciava a manchete do jornal “O Dia”, ao lado da chamada “Ministro recomenda sexo contra pressão alta”. “O Globo” seguiu pelo mesmo caminho, com um genérico “Incêndio no Camelódromo” e uma foto dramática das lojas em chama.

No dia seguinte, “O Globo” não deu manchete para o assunto, mas arrematou numa das páginas internas “Depois do incêndio, Ordem na Central”. Uma rápida leitura nos esclarecia que já havia um projeto para construir a expansão do Terminal Rodoviário Américo Fontenelle no local, com espaço para alguns dos camelôs trabalharem. No Extra já se dava mais destaque ao projeto que ganhava foto na capa enquanto O Dia insistia em dar espaço ao ocorrido e suas repercussões, mas o assunto sumiu em poucos dias. “Estaria melhor assim”, foi o tom geral dos veículos, que nem se preocuparam em buscar as causas do incêndio – até hoje não esclarecidas – nem a conveniência de se poder realizar um projeto de uma rodoviária, essencial para a realização das Olimpíadas Rio 2016.

Essa monografia nasce de uma necessidade de não se conformar com esse quadro bem acabado e a falta de pensamento crítico apresentados por parte dos meios de comunicação e da sociedade em geral. Com o progresso da lógica mercadológica, parece que a imprensa carioca – a mesma que contou com o João do Rio de “A alma encantadora das ruas” – perdeu o que restava de conexão com o cotidiano dos moradores da cidade e com as “almas do Rio”.

Isso, claro, é parte de uma conjuntura muito mais ampla e que tem efeitos correlatos também muito graves. A pesquisa pretende analisar a bibliografia acerca da conjuntura atual desse processo tendencial que convencionamos a chamar de Globalização e a situação carioca para entender o que se passou no caso deste incêndio – e daí, extrair novas conclusões sobre o jornalismo carioca, nossa sociedade e a globalização.

Este trabalho pretende analisar as coberturas dos jornais “O Globo” e “O Dia” a respeito do incêndio que destruiu metade do camelódromo da Central do Brasil no dia 26 de abril de 2010 e deixou duas mil pessoas desempregadas. O incêndio ocorreu exatamente no dia da inauguração da Unidade da Polícia Pacificadora no Morro da Providência e abriu espaço para a expansão do Terminal Rodoviário Américo Fontenelle, essencial para as Olimpíadas 2016 do Rio de Janeiro.

Articulando investigação jornalística, pesquisa de campo, análise bibliográfica, historiográfica e estudo comparativo da cobertura dos jornais, pretende-se com este trabalho identificar os fatores que influenciaram e foram influenciados pela cobertura jornalística, assim como colher evidências sobre o modo de agir do Estado Ampliado, sobretudo a Imprensa. Para isso, serão referenciais os conceitos de Muniz Sodré, Zygmunt Bauman, Hannah Arendt e Michel Foucault, e outros estudiosos da mídia.

A pesquisa explora a hipótese de que utilizar nas reportagens estudadas a espetacularização do incêndio e a criação de um quadro de devastação abrem caminho para justificar a instituição de outras estruturas e dispositivos que alteram a relação do povo com a cidade, podendo levar à despolitização e à falta de identificação com a cidade. As razões para a abordagem adotada pelos jornais é mais profunda do que uma manipulação direta das empresas que financiam o veículo, passando pelas rotinas de trabalho e a construção da imagem do público, mas um dos fatores mais fortes é o contexto social, econômico e cultural da cidade e do país como um todo.

“O poeta é um fingidor/finge tão completamente/que chega a fingir que é dor/a dor que deveras sente”. O trecho do poema de Fernando Pessoa mostra que a dor que se coloca em versos não é nem a dor do poeta nem a do leitor e nem a daquele a quem se refere; ao mesmo tempo é uma quarta dor e também um misto de todas elas. Assim como a poesia, também o jornal é uma espécie de renarração de algum acontecimento, pontuado conforme critérios sociais, econômicos e políticos.

No caso da cobertura do Camelódromo, não sentimos que a experiência das pessoas que trabalhavam no mercado — algumas há quase trinta anos — foi parte das lógicas que regeram o discurso jornalístico. O segundo capítulo trata de trazer a tona um pouco sobre como era o cotidiano no camelódromo e em seu entorno, mostrando características que são desvalorizadas ou ignoradas na elaboração das reportagens analisadas (e possivelmente em outras da imprensa em geral). O camelódromo que pega fogo no jornal não é o camelódromo dos vendedores, nem o meu, nem somente o do repórter, mas frequentemente se esquece disso — e se formulam políticas públicas e privadas sem levar em conta essa dimensão, tomando o lastro discursivo do jornal como forma de legitimação.

Para isso, faço uma revisão de minhas lembranças sobre o camelódromo, evitando cair num memorialismo egoístico-reflexivo e direcionando-as a pelo menos dar a entender um pouco sobre a alteridade em relação àquele lugar, o que é essencial para

entender como o jornal reconta a história do incêndio. Na segunda parte do primeiro capítulo, é feita uma tentativa de dar conta de várias impressões possíveis sobre o local, num misto de relatos que recorro ao longo desses quatro anos bem como o que eu senti nessa convivência. O fato de que a “dor” do papel nunca é a Dor não nos impede de tentar nos relatar ao que é comum.

A última parte deste primeiro momento procura contextualizar, num estilo que se remete mais a um jornalismo tradicional, historicidades e aspectos políticos que ficaram de fora do noticiário. Nem “O Globo” nem “O Dia” se remeteram com profundidade aos aspectos da relação do camelódromo com as instituições e com políticas que perpassam nossa vida. O noticiário, à rigor, foi sobre o incêndio e o sofrimento pessoal dos camelôs. Esta apuração foi do autor do trabalho, muitas vezes motivado pelos próprios vendedores, que indicaram o advogado que concedeu a entrevista bem como apontaram para aspectos que não foram levantados durante a cobertura jornalística da grande imprensa.

O terceiro capítulo procura pensar e localizar a questão em um contexto mais amplo, procurando as lógicas que regem tanto o noticiário quanto nossa sociedade como um todo. Destaca-se que vivemos um momento em que as fronteiras nacionais passam a ser relativizadas diante do fluxo do capital financeiro e produtivo mundial e procura-se investigar qual é o papel que o Brasil e o Rio de Janeiro vêm assumindo diante deste contexto.

Diante de um panorama em que o Brasil pode chegar à posição de quarta economia do mundo em 2010, de acordo com o Banco Internacional, o Rio de Janeiro hegemônico busca encontrar um lugar dentro da estrutura nacional. A cidade, tendo a economia e o prestígio prejudicados pela perda da sua condição de capital nacional, busca apoio em pontos como seus portos e o petróleo, mas também se destaca em sua economia a “cultura” e o turismo — indústrias que atuarão diretamente na construção da cidade, tanto em sua malha urbanística quanto no imaginário.

A cidade — pois a questão de fundo do trabalho é a urbanidade de hoje — passa por diversas mudanças, intensificadas pela proximidade em relação a três eventos esportivos de repercussão internacional: Copa do Mundo de Futebol 2014, Olimpíadas 2016 e as Olimpíadas Militares de 2011. Para isso, são analisadas lógicas de urbanização como a da Reforma Pereira Passos e se compara com o Branding Urbano, que estabelece uma outra forma de urbanidade, ligada ao capital privado de grande porte

e que se articula com o aparato midiático em função da criação de uma marca de cidade, como se cria em relação a produtos como a Coca-Cola.

Nessa análise, são fundamentais os conceitos de Raquel Paiva e Muniz Sodré, que formulam como a indústria do entretenimento e a especulação imobiliária se articulam no contexto do Rio de Janeiro para se formular uma nova hegemonia urbana. Esta lógica não se trata de uma urbanização num sentido clássico, que promoveria condições para as pessoas viverem e morarem em uma determinada localidade, ainda que o faça de maneira excludente. O Branding Urbano, segundo os autores, é uma extensão da mercadológica propagandística às cidades, urbanizando para atrair capital financeiro internacional e para estimular a indústria do entretenimento.

Também são utilizadas as formulações de Henri Pierre Jeudy sobre o processo de reflexividade e patrimonialização na esfera urbanística, observadas sob o viés do Branding Urbano e como parte desse processo. Os conceitos desse autor podem ser aplicados a outras formas, como os museus. Outro ponto importante é a visão do cotidiano de Michel de Certeau, que observa a sempre indefinição que os habitantes de uma cidade promovem para tornar um espaço habitável — algo que dificilmente é observado pela imprensa empresarial.

São ressaltadas também duas lógicas que regem esse processo urbanístico, particularmente importantes no espaço carioca. Uma é o conceito de ordem, aqui entendido a partir de uma análise de uma operação da prefeitura do Rio conhecida como Choque de Ordem e do pensamento da professora Gabriela Icariassuga, altamente publicizada pela propaganda imobiliária e pela imprensa de uma maneira geral, que costuma aderir irrefletidamente a essa ação governamental. Outro é a ideia de modernidade-mundo, entendida a partir do conceito de mundialização do sociólogo Renato Ortiz. Um ‘padrão-mundo’ de qualidade se imporia ao Rio, dentro do papel que a cidade apresenta de vitrine do Brasil, como país que assume um papel cada vez mais importante no contexto do capitalismo mundial.

Como se espera demonstrar no capítulo quatro, esses aspectos permeiam a cobertura da imprensa em relação ao incêndio no camelódromo sem que estejam presentes ostensivamente nas linhas dos textos publicados na imprensa. Não se fala explicitamente da constituição de uma outra forma de se vivenciar a cidade, mas já se renarra o acontecimento a partir desses parâmetros como se eles fossem o que é ‘importante’ no sentido público. Como diz uma das pessoas entrevistadas por Michel de

Certeau, “Estamos ligados a este lugar pelas lembranças... É pessoal, isto não interessaria a ninguém, mas enfim é isso que faz o espírito de um bairro”.

Há muito pouco de propriamente ‘falso’ ou manipulador na cobertura que a imprensa fez do camelódromo, ao contrário do que pensam pesquisadores que pensam sobre a comunicação (embora muitas vezes não sejam do campo), como a filósofa Marilena Chauí. O que, nesse primeiro momento, parece se apresentar nas coberturas dos jornais é que se reconta a história a partir de ideologias específicas — aqui entendendo esse conceito controverso como uma montagem racionalista, com um papel identitário parecido com o dos mitos, só que a partir da razão. Interagindo e se apropriando de características que não se limitam à esfera midiática, há uma reformatação da realidade (não do que poderia se chamar do Real, mas de um ‘entendimento do mundo’) a partir dos critérios que serão abordados no decorrer deste trabalho.

## 2. Relato sobre Camelódromo

Eu vivi diversas experiências no Camelódromo da Central do Brasil ao longo de quatro anos. Escrever assim, na primeira pessoa, ainda faz com que alguns pesquisadores do campo científico torçam o nariz diante do aparecimento do sujeito da escrita num discurso supostamente objetivo, muito embora um dos textos fundadores da ciência moderna — o “Discurso do Método”, de Descartes — instaure a certeza da existência do mundo e das coisas a partir de um eu: “Penso, logo existo”. Apesar de essa tese de Descartes já ter sido refutada diversas vezes ao longo da história — desde Nietzsche com seu questionamento sobre uma metafísica do sujeito, lembrando que o máximo que Descartes poderia ter dito era que há pensamento, até os estudos sobre formação de identidade que impedem essa separação entre sujeito e mundo — é marcante que a presença do sujeito no texto científico ainda cause muito furor estando presente neste texto fundador.

Há, porém, uma disciplina de pesquisadores que inicialmente tiravam grande parte de sua autoridade não do rigor com que conduziam um determinado experimento, mas do fato de “ter estado lá”: os antropólogos. É nesta ciência, sobretudo, que a questão do sujeito enunciador está presente cotidianamente e foi nela que se começou uma abertura para a presença explícita do sujeito e de suas características no campo e como ele se articula com a realidade que pesquisa. Segundo Nestor García Canclini, “com a virada linguística das ciências sociais”, que colocava o enunciador em cena, o saber etnográfico e a figura do etnólogo foi problematizada.

Para o autor argentino, depois desse ponto e de outros acontecimentos tais como livros clássicos de estudo de campo serem revelados como trabalhos de gabinete em cima de obras de outras pessoas, os antropólogos devem realizar três operações.

“a) incluir na exposição das investigações a problematização das interações culturais e políticas do antropólogo com o grupo estudado; b) suspender

a pretensão de abarcar a totalidade da sociedade examinada e prestar especial atenção às fraturas, às contradições, aos aspectos inexplicados, às múltiplas perspectivas sobre os fatos; c) recriar esta multiplicidade no texto, oferecendo a pluralidade de vozes das manifestações encontradas, transcrevendo diálogos ou reproduzindo o caráter dialógico da construção de interpretações. Em vez do autor monológico, autoritário, busca-se a polifonia, a autoria dispersa”  
(CANCLINI:2006;133)

Acredito que as recomendações de Canclini fazem sentido para qualquer tipo de pesquisa, empírica ou não – apesar de em alguns casos sua aplicação ser mais difícil do que em outros. Deve-se esclarecer, no entanto, é o de que essas recomendações não bastam quando se tem em mente a busca de um conhecimento neutro e objetivo. Esse não é o intuito deste trabalho e nem o de qualquer outro que leve em consideração o estado da questão da subjetividade.

Explicita-se neste começo da monografia a observação participativa do pesquisador em relação ao camelódromo da Central do Brasil. A bem dizer, toda observação é participativa em algum grau, mas neste começo busca-se colocar o camelódromo a partir de olhos concretos. O objetivo é não só o de fornecer ferramentas para o questionamento da visão apresentada aqui e facilitar o inesgotável trabalho de interpretação, mas também por conta de algo que é uma das principais preocupações desta monografia. Como escreveu Michel de Certeau em “A Invenção do Cotidiano Volume I: Artes do Fazer”, costuma-se olhar a cidade com os olhos distanciados de um planejador que observa o mapa do alto, mas esquece-se da dimensão do cotidiano, com seu corpo-a-corpo cego e amoroso:

“Escapando às totalizações imaginárias do olhar, existe uma estranheza do cotidiano que não vem à superfície, ou cuja superfície é somente um limite avançado, um limite que se destaca sobre o visível. Neste conjunto, eu gostaria de detectar práticas estranhas ao espaço “geométrico” ou “geográfico” das construções visuais, panópticas ou teóricas. Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de “operações” (“maneiras de fazer”), a “uma outra espacialidade” (uma experiência “antropológica, poética e mítica do espaço) e a uma mobilidade opaca e cega da cidade habitada. Uma cidade transumante, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível”  
(CERTEAU:1994; 172)



## 2.1. Pés no chão do Camelódromo

Subi no ônibus na rodoviária de Itaguaí às 10h de uma segunda-feira. O destino: Rio de Janeiro, Central do Brasil. De uma cidade à outra são mais de 76 km de ruas e estradas, uma viagem bem longa; mais longa ainda quando se é um verde jovem de 16 anos, um broto de gente indo para o primeiro dia de aula na faculdade de jornalismo da UFRJ.

Nesse mesmo dia eu conheceria o camelódromo da Central do Brasil. Para aqueles que guardam a leve sonolência de estar perdido, qualquer esquina é um enigma, mas asaibam que aquilo era um labirinto em linha reta. Saltei no Terminal Rodoviário Américo Fontenelle e me deparei com aquele conjunto de lojas de alvenaria cercadas por todos os lados por prendedores de plástico, coxinhas e kibes de diversos tamanhos, guaracamps, sardinha em lata e roupas de bandas de Rock.

Perto das lojas de alvenaria, se encontravam outras, menores. Eram de diferentes tipos e tamanhos: havia as barracas montáveis, com ferros destacáveis que eram cobertas por lonas azuis ou pretas. Essas vendiam geralmente biscoitos de diversos tipos, desde passatempo até fofura pequeno, médio, grande e um econômico que podia alimentar uma família inteira, além de bebidas e doces de diversos tipos, com marcas às vezes que eu desconhecia por completo.

Também via os carrinhos geralmente isopores recheados de gelo e bebidas, mas também podiam ser vendas de churrascos que em sua maioria pareciam saborosos mas que eu nunca comi por suspeitar das volumosas coxas de frango que invariavelmente pareciam cruas e estragadas; havia também a famosa barraquinha de angu baiano, freqüentada por seus preços baixos, mas também por imigrantes que não se conformam com o angu molenga que adaptamos aqui no sudeste.

Além dos carrinhos, existiam também vendedores que carregavam suas mercadorias no braço, sem dúvida os mais cansados fisicamente. Esses carregavam pra lá e pra cá aquelas árvores de plástico com doces e biscoitos, algumas vezes com volumes que não me arriscaria a levar sob o risco de deslocar o ombro. Esses eram os que mais arriscavam as cantorias e também os mais famosos por anunciarem no ônibus as famosas frases, “Desculpe atrapalhar o silêncio da sua viagem. Trago aqui bala\*\*\*, no mercado você leva por R\$2 ou até R\$3, mas vai pagar, senhores, R\$1 pela bala”. Por fim, haviam também os vendedores que carregavam sacos de pipoca ou caixas de doces,

os mais desprovidos de dinheiro e que falavam baixo e grave com os clientes. Podiam te dizer o preço do produto, mas no olhar fundo cada palavra ecoava como um pedido de ajuda.

Mas num volume muito maior — e o que mais confundia a vista de um recém-chegado — era a quantidade enorme de pessoas que tapava a visão do que vinha a frente. Era uma multidão sem tamanho que se espremia nos vários corredores internos do camelódromo e de movimento muito heterogêneo: uma moça negra de óculos e vestido verde com jeito de ser do interior parava para ver uma sandália interessante ao lado, enquanto um homem de barba mal-feita e camisa desbotada de algum deputado corria se esquivando de um lado pro outro para chegar logo no trabalho. Por não conseguir ver onde ia, acabei dando algumas voltas antes de perguntar e ter certeza de que podia passar reto em vez de ir entrando no meio dos bares, inclusive um que tinha sinuca. Carecas, bigodudos ou não, mulheres magras, gordas e obesas, todos vestidos com roupas razoavelmente leves para suportar o intenso calor que lá fazia, foram me acompanhando pela Central. Esse calor, aliás, não só de sol de verão, mas de gente, com cheiro de gente. Desses que a gente esquece que tem de tanto se encher de água de boutique.

Não me lembro bem, mas acho que não imaginei o quanto esse lugar viria a ser importante para mim, como dizem acontecer naquelas visões proféticas de destino. Simplesmente, caminhei um pouco a esmo, perguntei o caminho à uma senhora nordestina de blusa de alça rosa e segui meu caminho para universidade como um bom menino de cabelo engomado (apesar de na época usá-lo longo, até a cintura).

Com o tempo, porém, vários trabalhos da faculdade ou do estágio pareciam ligados àquele curioso lugar. Matérias sobre a legalização de camelôs para a Folha Dirigida, trabalhos sobre a forma de comunicação dos ambulantes ou temas aparentemente distantes, como a arquitetura das favelas, todos tinham ecos daquele local no coração da Central do Brasil.

Eu não tardaria em descobrir também como é andar de trem na Central. Apesar das más-condições e dos maus tratos da Supervia, empresa responsável pela administração do terminal, tão alardeados pela imprensa, algumas viagens me proporcionaram e a alguns de meus amigos da faculdade algumas experiências muito interessantes. O vagão do samba, por exemplo, que ocorre às sextas e costura alguma músicas já marcadas como “Trem das Onze” com composições que nunca cheguei a

conhecer de nome. Havia também o dos crentes, segundo rumores vagão agora extinto, era um show de pregações exaltadas, com muita música Gospel e manifestações inflamadas de passageiros sobre o poder de Jesus para curar suas vidas. O autor, em particular, é um cético, mas sem dúvida pessoas superam vícios em função de uma crença forte e comunitária como essa, seja ela verdadeira ou não. E sim, já tentaram me converter muito mais do que um par de vezes. Numa delas, ao declarar que era ateu (ledo engano de iniciante querendo ser sincero), fui acusado de beber cachaça em cemitérios e tentar conversar com almas penadas. Depois de tentar explicar minha posição acabei cedendo e disse que acreditava em Deus, sem encontrar outra alternativa para sair daquela situação.

Toda essa conversão ocorria em meio a um ambiente quase tão povoado quanto o camelódromo da Central em si. Senhoras brigavam com um homem que insistia em ir para o vagão das mulheres, muito mais arejado que aquele onde eu estava. Ao longe, vinha vindo um famoso camelô, conhecido por imitar o barulho de metralhadoras para vender seus filmes pirateados gritando “TE-TE-TE-TEM, DVD do Rambo IV – UH!-TE-TE-TE-TEM!”, geralmente cópias dos blockbusters do momento. Do outro lado, vinha um outro vendedor, com um problema na garganta que faz sua cantoria para vender suas bebidas soar arranhada e metálica ou rouca, mas ele usava isso a seu favor, pois ao puxar o ar com força fazia um barulho característico que chamava a atenção de seus clientes habituais. Além disso, fiquem sabendo os leitores desavisados que em trem conversa-se muito mais que em metrô ou que em grande parte dos ônibus, pode-se pensar que em parte é pela origem das pessoas dadas a conversar com ‘estranhos’ e também por conta da proximidade a que o aperto do transporte obriga, mas sem dúvida há uma contribuição dos camelôs e seus cantos para isso.

Para voltar para casa, também era comum que eu tomasse algum dos ônibus que partiam para Itaguaí, muitas vezes encontrando um deles no meio do caminho e tendo que correr por metade da Central para não esperar quarenta minutos pelo próximo. Não consigo contar quantas vezes só cheguei em casa mais cedo porque ou o motorista ou o trocador me conheciam e pararam para que eu não perdesse a condução, o que acontecia com vários dos passageiros mais habituais. Guardo muitas lembranças dessas viagens, como quando conheci um estivador logo depois de ter lido na “Alma Encantadora das Ruas” de João do Rio sobre esses carregadores de toneladas de mercadorias que trabalham nos portos do Rio, era um homem negro corpulento, na casa dos 60 anos. Ao

contrário do que eu esperava de pessoas submetidas a trabalhos físicos pesados, ele aparentava ser até dez anos mais novo do que era, embora tivesse olhos vermelhos lacrimejando de cansaço. Ele cheirava a suor e tinha trabalhado até a última gota da alma, mas por estar tão acostumado a essas dificuldades, preferiu conversar do que dormir. É difícil lembrar os detalhes dessa conversa, mas Jorge era espectador da TV Brasil e costumava assistir “a um programa sobre a África, que não lembro o nome, e às notícias” (sei disso porque trabalhava na TV na época). Com ele, aprendi que o sindicato dos estivadores permanece um dos mais mobilizados e que oferece diversos cursos de capacitação para seus membros, além de esclarecer sobre questões como aposentadoria e direitos trabalhistas.

Voltando para Itaguaí, conheci também um caminhoneiro, desses que tinha uma mulher em cada cidade. A idade lhe roubara parte do vigor de viajar longas distâncias e ir para Recife, de que tanto gostava, mas continuou fazendo rotas em cidades próximas ao Rio. “Para viajar, basta ser jovem e ter vontade”, dessa frase me lembro bem e também de que fiquei pensando como se perde isso de vista quando só se quer viajar para hotéis caros ou de ônibus confortáveis, mas também como ela se torna falsa diante de outros compromissos. Tive conversas também com guindasteiros off-shore, agricultores, líderes de associações de moradores e lojistas – um contraste grande com a monotonia que tenho visto desde que me mudei para o Recreio dos Bandeirantes, no meio de 2010. Além de ser um desses bairros que pelo que se vê nas ruas se diria que é povoado por carros, não se conversa tanto quanto nos ônibus das periferias distantes ou no trem.

Saltando do ônibus ou do trem, não era todo dia que me deparava com o camelódromo. Geralmente, a pressa de ir para o estágio ou a faculdade me faziam ir correndo para o ônibus mais próximo. Eu notava, porém uma atmosfera bem parecida com a dos trens e a dos ônibus. Porém, uma marca muito mais própria daquele lugar era a de que, enquanto nós passante e passageiros estávamos sempre em trânsito (ou no trânsito, engarrafados), os camelôs estavam sempre por ali. A maior parte deles parecia se conhecer há muito tempo. Pelo que me dizia dona Marluce, vendedora com barraca no ponto de ônibus do Itaguaí-Central, a maior parte dos vendedores eram do morro da Providência, uma das primeiras favelas da cidade, que fica nas imediações do camelódromo. Esses apresentavam uma relação muito forte com o local, que era quase como uma extensão de suas moradias.

Em vez de continuar descrevendo minhas memórias do local, vou tentar uma maneira impressionista de falar do camelódromo. Acredito que o objetivo que tinha ao mostrar um pouco das minhas recordações já esteja cumprido, isto é, trazer à tona um pouco do camelódromo e da Central do Brasil que é o que aparece nos jornais e mostrar como eles apontam para outro sentido de cidade que não o regido pela lógica do tecnomercado. Pelo que se vê, se contesta a lógica de certos sociólogos de que a cultura de classes mais populares seria uma ‘cultura subalterna’, pois há vários traços de diferença que não são sobredeterminações da necessidade, por exemplo.

## **2.2. Uma descrição memorialística do Camelódromo da Central do Brasil**

O Camelódromo da Central do Brasil era um desses lugares a que se demora a pegar o gosto. A meio caminho entre dois pólos rodoviários do estado do Rio de Janeiro — a Central do Brasil e o Américo Fontenelle —, o centro comercial parecia ser daqueles locais que se passa para ir de um lugar a outro. Passa-se, ainda, com pressa, seja pelo atraso de ir ao serviço ou para casa, seja pelo desagrado quanto à sujeira e sujeitos estranhos. Hostil aos olhares que não sabem encontrar as flores do lixo, o mercado desafiava aqueles que se habituaram ao “clean” das vitrines de shopping.

Aos desacostumados, ele lança sua crueza de barro desnudo, seu cheiro de mijo e suor, suas ruas imundas de poeira e óleo de motor. Acima de tudo, estouram nos ouvidos barulhos dos mais diversos tipos – ruídos de ônibus, as cantigas dos camelôs e aquele que se equilibra entre o mais cobiçado e o mais nojento: o convite das meninas da noite, a maioria carcomida pelo crack, que trocam carícias por um punhado de moedas. Rondam como fantasmas selvagens as histórias e reportagens sobre assaltos no local. De dia, espremido entre a multidão e o marasmo da manhã, o máximo que se faz é comprar um guaracamp para molhar a garganta, sem trocar mais que meia dúzia de palavras com o vendedor.

Um lugar como esse não se abre ao gosto como o desabrochar de uma serena rosa. Lentamente é que se vai trocando o asco ou a apreensão por uma suave curiosidade. Com o tempo e a convivência rotineira, se percebe o sorriso do vendedor

de sucata e a graça das piadas do camelô que vende a mais nova costuradeira automática.

Entre uma viagem e outra de cada dia, é possível começar a ver um tênue equilíbrio entre as vidas que compõem esse curioso quadro. Um equilíbrio que não é visto por desavisados e nem é captado pelas objetivas de vidro das câmeras dos jornais. É o dia a dia dos catadores de latinha, que geralmente são os mesmos; ou a alegre corrida que acontece quando se abrem as portas do trem, em que se disputam com toda a velocidade e astúcia uns poucos lugares para descansar do trabalho suado, esporte que geralmente é levado na brincadeira e concluído por risos (mas nem sempre).

Neste ponto, percebem-se também os pequenos encontros – conhecidos que se revêem em meio à multidão, um camelô que repete a cantoria de outro dia, uma das meninas da noite a saborear alegremente uma coxinha. Como quando se encontra uma lasca de ouro em meio a um muro de rocha, são os detalhes preciosos que mais chamam a atenção: em uma loja de camelô, um painel de São Jorge, noutra, a velhinha bonachona requebra ao som do funk que toca na loja ao lado. O camelódromo era recheado dessas constelações miúdas.

Por falar em música, ela preenche cada centímetro do lugar. Lojas de CDs evangélicos tecem loas a Jesus, pois “A vitória está garantida” enquanto um emnino, sentado na calçada canta “na sua boca eu viro fruta!”. Um ambulante, carregando um daquelas lojas ambulantes que mais parecem uma árvore de plásticos cheia de doces, diz a um rapaz, “e aí, meu chapa? Firmeza? Vai lá amanhã?” enquanto um cachorro late um agradecimento ao vendedor de churrasco que lhe atirou um pedaço de lingüiça. Tudo isso forma, com os ruídos de motores e o barulho dos passos, uma espécie de orquestra cotidiana que se aprende a ouvir, com o tempo, até a admirar.

Compondo-se também nessa harmonia dissonante, um rapaz pergunta ao camelô como se chega a Caxias dali, “é só seguir direto e virar no último terminal”, indica o vendedor de angu baiano. Não era possível se perder naquele lugar, pois parece que das solidariedades dos que freqüentavam lá, a de ajudar a alguém a encontrar um caminho era a favorita. Não seria tolo confiar mais nas informações de alguns dos mais viajados dos camelôs do que no mapa virtual do Google Maps.

Dessa fascinação, vê-se no camelódromo talvez um lugar mais receptivo e diverso que os cubículos de plástico ou salas de reunião refrigeradas, pois há ali cabeleireiros congolese cheio de sotaque e saudades, velhos alegres, meninas sujas só

de calcinha e sutiã e outras perfumadas e majestosas, o funkeiro e o evangélico dividem um mesmo ‘box’ de loja (onde vende-se até um híbrido – funk gospel), o ex-caminhoneiro e o ex-ladrão – todos se apresentando como no cotidiano de suas casas, não com aquela espécie de capa cortês que os cobre em ambientes do capitalismo tradicional. É como se olhando a veia de ouro que brota nesse pequeno mundo, víssemos algo que nos falta.

Sintoma clássico de projeção, de inventar algo que se quer em si no outro? Certamente é o que vem a cabeça quando, esfregando os olhos como quando se acorda de um sonho, se depara com um menino desesperadamente magro, com os olhos vidrados de Crack. Como ele, existem outros aos montes, degustando essa distada oferta – não só ali, como em outros lugares, o crack já custou muitas e muitas vidas. O que muitas vezes não se percebe é que o garotinho que um dia chama a atenção por brincar de bola de gude na calçada é o mesmo que agora prova desse festim alucinógeno.

Essa visão, de um súbito choque entre a moral contida no “pão de cada dia” da vertente cristã da sociedade ocidental e alguns dos elementos cotidianos de alguns dos frequentadores do camelódromo. Disso, pode surgir um fervor escrupuloso – como aquele que regeu as cruzadas clássicas e modernas ou a Santa Inquisição — ou um “realismo” que enxerga grande parte daqueles que povoam o mercado unicamente como vítimas da pobreza.

De uma forma ou de outra, o que se passa a ver com mais clareza, dependendo da história de quem observa, são mais ou menos as mesmas coisas – o uso de drogas por alguns, a venda de produtos piratas, a prostituição — só muda o sentimento de raiva para a pena, ou vice-versa. Em qualquer dos dois casos, o que se disfarça é a culpa que enraíza as duas reações: esconde-se a percepção de que se participa do que dá origem à essas práticas, mas no fervor o que é a negação passa a ser, na pena, uma auto-piedade mascarada.

Nos momentos em que se deixa alguma nesga desses sentimentos brotar, porém, é quando se percebe pontos que o fascínio irrestrito não mostrava. Se antes era o veio de ouro no monólito de pedra que saltava aos olhos, agora se percebe que o tal ‘monólito’ não é tão homogêneo como se pensava

Percebe-se uma hierarquia entre os frequentadores. Seja pela quantidade de produtos e notoriedade das marcas vendidas, pela relação entre dono da loja e

empregado, pelo tamanho do camelô ou pela antiguidade do comerciante no local, as diferenças entre os camelôs se tornam mais fáceis de ver.

Também fica mais difícil pensar no camelódromo como um pequeno mundo isolado. Quando se vê e vitimiza ou se culpa o menino que fuma o crack é porque se percebe uma conexão entre aquele garoto e a conjuntura do tráfico de drogas no Brasil ou se relaciona isso com alguma “decadência” que não se restringe ao que está à vista. Porém também se vê um rastro dessa conexão nas marcas dos produtos vendidos (Nestlé, Arcor e Kraft Foods estão entre as mais comuns) e até na música que se ouve, pois lá convivem o cantor mirim sensação do momento e o forró feito na favela da Rocinha

Um conhecido ditado popular diz que até mesmo as pedras cedem à força ininterrupta e constante das águas e assim é com quem acaba adotando uma das posturas da culpa. A convivência forçada de quem é submetido ao vai-vém do transporte público do Rio de Janeiro acaba derrubando algumas resistências e em pouco tempo até o mais fervoroso e o mais caridoso acabam cedendo um pouco, ouvindo uma conversa aqui ou acolá.

Mesmo quando não se gosta de uma história, quem escuta se entrega um pouco. Como exemplo, um caso que ficou famoso na rede do boca-a-boca do camelódromo. Um dia, passando pelo camelódromo, um dos vendedores parou ao lado de um pequeno mercado de alimentos típicos do Sertão Nordestino. “Ih, ficou sabendo da Cláudia?” diz o camelô que chega. “Não, que que houve com ela?” perguntou exclamando o dono da loja, preocupado. “Rapaz, ela foi colocar o dedo na cara da Cleide e mandar ela embora. A negona já tava puta, né? Aí pegou um caco de vidro e rasgou a cara da Cláudia!”, diz o ambulante. A sorte é que o pessoal veio segurar, se não ela não passava dessa”. Mesmo se a história causar repulsa ou medo no ouvinte, vai se criando um conjunto de referências em comum e fica difícil não se pegar se perguntando se aquela mulher com um curativo no rosto não é a tal da Cláudia.

Mas não é só de narrativas mais chamativas que se quebra a distância. Muitos pontos em comum, como a espera de um ônibus que não chega (e os consequentes comentários dos insatisfeitos), acabam fazendo com que o Camelódromo vá ficando mais familiar. Mesmo quem torcia o nariz para mercadorias piratas ou que não pagam imposto, acaba cedendo a um dos cantos dos camelôs e dá uma olhada em uma roupa diferente ou uma colorida capa para celular. Quando se percebe, conhecidos estão



perguntado sobre referências de ônibus da Central ou pedindo para ver se tem alguma coisa sendo vendida no Camelódromo. Se se chega ao ponto em que se olha para alguém e se pensa, “Esse aí está perdido, vou perguntar onde vai”, o passante já se tornou parte da harmonia da Central do Brasil.

A partir daí, são pequenas descobertas, como a de que o neto da Dona Marluce (a camelô do ponto do ônibus que vai para Itaguaí) quer trabalhar na televisão ou que a filha da Cláudia (não a do caco de vidro, a outra) está juntando dinheiro para a faculdade de Enfermagem. De repente, quando algum não-iniciado comenta “Odeio esse cheiro de mijo”, fica-se extremamente calado... Aquele odor que empestava a Central do Brasil quase nem incomoda mais.

Logo logo se descobre que o Camelódromo existe há mais de trinta anos e há pessoas que tiram dali seu sustento desde aquela época, quando a maioria das mercadorias era vendida em cima de tapetes estendidos no chão da Central, também se aprende que muitas dessas pessoas se orgulham de conhecer cada um dos mais de dois mil vendedores que trabalhavam naquele comércio popular.

Um lugar que parecia se formar como que por mágica começa a revelar sua forma de funcionamento. Há um chefe de manutenção das lojas, Rogério, que conserta os telhados de alumínio e as lonas e que coloca extintores de incêndio em cada bloco do extenso mercado, que tem mais de 600 lojas. Os vendedores formaram também uma Associação do Comércio Alternativo da Central do Brasil (AACAC) que cuidava, entre outros afazeres, do pagamento do aluguel de R\$24 mil à Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro (Coderte).

Entre uma cerveja e outra, descobre-se a grande quantidade de bares no camelódromo, alguns com apresentações de shows ao vivo e com danças de forró. A maioria dos freqüentadores e dos camelôs é do Morro da Providência, que fica próximo ao mercado. Cativante por excelência, não era difícil se tornar parte da harmonia do camelódromo, mas levava tempo e convivência que não se conseguem em três minutos de reportagem.

Nenhum desses fragmentos relatados aqui é colocado como a visão de um camelódromo Real, que se oporia a falsas visões do lugar. Todas as sensibilidades aqui colocadas podem coexistir em uma mesma pessoa e existem muitas outras que o autor não seria capaz de captar, como a de um camelô que trabalha ali há mais de trinta anos. Procura-se, sobretudo, salientar diversas formas memorialísticas em torno do local, que

se contraponham a uma espécie de espaço despido de suas características específicas que é mostrado pelos jornais, como será visto adiante.

### **2.3. Camelódromo e o poder público**

Durante seus cerca de 30 anos de existência, o camelódromo da Central do Brasil passou relativamente esquecido pelo poder público e o grande capital privado, de uma forma geral. Figurou como um dos principais cenários de um filme brasileiro que chegou às finais do prêmio Oscar em 1994, recebeu seu terreno atual durante o governo de Anthony Garotinho e passou por uma tentativa de demolição durante a prefeitura de César Maia, mas a atenção recebida não passou disso. Portanto, foi de se estranhar o processo movido pela Coderte para a reapropriação do terreno.

Os motivos, segundo afirmações de representantes da companhia divulgadas pelo “O Globo” e “O Dia”, foram as dívidas acumuladas por conta de atrasos no pagamento pelo uso do espaço. De acordo com o advogado da Associação de comerciantes da Central, Venceslau Peres<sup>1</sup>, a situação parecia se estabilizar, pois uma nova gestão do camelódromo estava quase quitando a dívida – e a Coderte recebia o dinheiro, acenando com a resolução do caso: “Essa postura de aceitar o pagamento indica acordo jurídico pois há a perda de objeto<sup>2</sup>”, apontou o advogado.

Venceslau Peres também afirmou que as gestões anteriores não estavam em dia com as contas em grande parte devido ao domínio de traficantes de drogas do morro da Providência. Grande parte dos camelôs pagavam a conta para a gestão da Associação, mas essa não repassava o dinheiro para a Coderte, segundo entrevistas com os vendedores. O advogado declarou com veemência que tanto a companhia que alugava o terreno quanto o Estado em geral estavam cientes da atuação do tráfico na gestão do mercado, porém não foram tomadas providências. “Enviei carta ao Ministério Público e

---

<sup>1</sup> Entrevista ao autor

<sup>2</sup> Entende-se que não há mais razão para o processo, pois a dívida está sendo paga

eles me devolveram com o carimbo, comprovando que o documento fora lido”<sup>3</sup>, disse o advogado.

Além disso, ele também afirma ter ido a três juízes das varas locais e recebido de cada um deles a negativa quanto à abertura de processo. “Um deles chegou a me dizer: ‘doutor, reclamar de tráfico no Camelódromo não é aqui não’. Ora, se não for lá, onde é?”, criticou.

Porém, devido a razões não muito claras, o tráfico de drogas abandonou o comando do camelódromo no final de 2009. Poderíamos especular entre as razões o enfraquecimento do poder econômico da atividade do tráfico ou possíveis acordos políticos, mas os camelôs em geral se esquivavam da pergunta ou não sabiam responder, mas cabe apontar que não foi decorrência de atuação legal do poder público.

Com essa abertura, a gestão de Aderito Fernandes (conhecido como Duda) assumiu e começou a pagar a dívida com esforços redobrados dos comerciantes. Poderia se esperara que a situação do camelódromo se normalizasse- o que era o que muitos camelôs tinham em mente, mas não todos. “O Ronaldo [Francisco, presidente da Coderte já tinha me avisado que o camelódromo estava com os dias contados pois ia ser feita a expansão da Rodoviária [o terminal Américo Fontenelle] para o terreno que ocupávamos”, afirmou Maria Inez, uma das gestoras do camelódromo.

Segundo as reportagens publicadas acerca da expansão<sup>4</sup>, o Terminal Rodoviário irá ocupar todos o quarteirão entre o Morro da Providência e a Central do Brasil, contando com estacionamento coberto e dois andares. O Terminal é parte central do que o diretor de relações institucionais do comitê Rio-2016, Agemar Sanctos, observou como essencial para as Olimpíadas 2016: “Nós vamos ter um sistema de transporte totalmente integrado nas Olimpíadas. O acesso ao aeroporto, por exemplo, poderá ser feito todo de BRT<sup>5</sup>, que vai conectar a todas as áreas de competição da cidade. Temos que investir nesse transporte público” afirmou em reportagem do Globo Esporte<sup>6</sup>.

---

<sup>3</sup> Prova em anexo

<sup>4</sup> Jornais O Dia e O Globo dos dias 29/04/2010

<sup>5</sup> Corredores exclusivos para ônibus articulados

<sup>6</sup> <http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2010/10/obstaculo-para-londres-transporte-vira-legado-e-exemplo-para-rio-2016.html>, acessado em 20/10/2010, 00h15

Qual é a dimensão da importância desses eventos para a cidade? Por que não se questionou se o camelódromo era compatível com o empreendimento da rodoviária? Por que se toma esse caso como exemplo e paradigma de um movimento mais amplo que se promove na cidade? Para refletir melhor sobre essas perguntas, faz-se bem em olhar para o contexto do Rio de Janeiro e do país.

### **3. Brasil, Globalização e Cidade**

Em entrevista dada à Rede Globo e outras televisões logo após a escolha do Brasil como país-sede das Olimpíadas 2016 – a primeira a ser realizada na América Latina –, o presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva proclamou “É pra comemorar porque o Brasil deixou de ser um país de segunda classe para ser um país de primeira classe”. A nomeação, realizada em outubro de 2009, é um ponto-marco brasileiro de um processo que ficava cada vez mais evidente. No mundo após a Crise Financeira de 2008, a ordem mundial não pode deixar de levar em conta o chamado BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), também conhecidos como emergentes.

Diante dessa perspectiva, do que vários jornalistas brasileiros chamaram de “entrada do Brasil no Primeiro Mundo” ou de “Brasil, País do Presente”, parece ter ocorrido um aumento da urgência de se produzir os signos que identificam um país de “Primeiro Mundo” aqui. Imediatamente, diversas operações – pois atualmente no Brasil dificilmente se fazem programas de governo, muito menos de Estado – de “Revitalização” foram postas em movimento para adequar o país a esse novo momento. Para as elites, é preciso colocar o Brasil em compasso com o movimento do “Mundo Desenvolvido”. Mas o que significa esse ajuste?

No âmbito mundial, estamos em um momento de problematização daquilo que é chamado de globalização. Segundo o sociólogo Zygmunt Bauman (1999, pgs. 65-67), esse fenômeno tendencial se trata de uma desarticulação dos estados soberanos e de uma ordem global que era “o teatro da coexistência e da competição entre grupos de Estados”. Ele chama o novo cenário mundial de “a nova desordem mundial”, em que predominam a “extraterritorialidade do capital” e a redução do papel do Estado para o de “distritos policiais locais que garantem o nível de ordem necessário para a realização

de negócios, mas (que) não precisam ser temidos como freios efetivos à liberdade das empresas globais” (BAUMAN, 1999, pg. 76). Para ele, esse fenômeno não pode ser separado da localização, formação de identidades políticas e sociais precárias que serviriam para manter essa coesão mínima.

Olhando a Globalização pela circulação de bens e pessoas, Muniz Sodré (2002, pgs. 13-14) faz uma comparação da importância que os trens nas ferrovias tiveram na Primeira Revolução Industrial e a do computador na Internet hoje. Na contemporaneidade, a facilidade de deslocamento tanto no campo da informação quanto nos transportes aumentou de uma forma impressionante, o que levou certos entusiastas como Pierre Levy a conclamar o fim das fronteiras.

Além dessa intensificação, nas cidades, há a hipótese de que esse fenômeno tenha se traduzido como uma homogeneização tendo em vista a adequação aos hedonísticos padrões mundiais. Os partidários dessa visão defendem que “cada vez mais as cidades precisam seguir um modelo internacional extremamente homogeneizador imposto pelos financiadores multinacionais dos grandes projetos urbanos. Esse modelo visa basicamente ao turista internacional — e não o habitante local — e exige certo padrão mundial, um espaço urbano tipo, padronizado” (JACQUES, 2006).

O antropólogo argentino Nestór Garcia Canclini estabeleceu um contraponto bem estruturado em relação à teoria da homogeneização, defendendo que a Globalização abriu e fechou portas. Tornou quase impossível se pensar em culturas estanques, isoladas, e instituiu um padrão **intercultural** no lugar de um multicultural, em que se protege e isola o que se pensa como característico de uma cultura (CANCLINI:2006;15-35).

Segundo Canclini, nesse momento, não se deve falar de ‘não-lugares’<sup>7</sup> ou de um processo de homogeneização, pois o que se configuraria seria uma ‘autoestrada simbólica’ de trocas a qual devemos aprender a utilizar. Shoppings e aeroportos não seriam lugares completamente descolados da miscigenação constante das culturas, mas uma espécie de colagem em que se deixam ver ‘entre-culturas’ (CANCLINI:2009;91-93).

---

<sup>7</sup> Entende-se não lugar como uma localidade em que não há signos distintivos de uma cultura específica, adaptando-se a uma espécie de ‘modernidade-mundo’ promovida pela desterritorialização da globalização. O termo era usado por Marc Augé para definir aeroportos, shoppings, auto-estradas.

Não se deve deixar que a primeira impressão engane, pois o que Canclini apresenta como hipótese não é que a Globalização seja um ‘campo dialógico’ em que culturas realizam intercâmbios de maneira equitativa. Além de admitir que a lógica do mercado se difunde, o autor afirma, em um de seus pontos de contato com Bauman:

A exploração se fortalece num mundo de conexões a partir da imobilidade dos pequenos e graças à *duração* com que os nômades [*nota do autor: nômades = forças dominantes*] acumulam mobilidade e multilocalização. (...) Agora, o capital que produz a diferença e a desigualdade é a capacidade ou a oportunidade de mover-se, manter redes interconectadas  
(CANCLINI:2009;95)

O antropólogo ressalta a necessidade de as diferentes culturalidades, ao mesmo tempo em que resguardam algo que seria o indissolúvel, negociem constantemente através do paradigma da interculturalidade como condição para a continuidade de sua forma. Além disso, não seria somente necessário adquirir o respeito às diferenças, mas também “os mínimos competitivos (...) para participar da sociedade: trabalho, saúde, poder de compra e os outros direitos socioeconômicos, juntos com a “cesta” educativa, informacional, de conhecimentos, ou seja, as capacidades que podem ser usadas para conseguir melhor trabalho e maiores rendas” (CANCLINI:2009;103).

Pelo panorama traçado por Canclini, parece que há um espaço social dado em uma disputa de forças diferentes que vão passando por sincretismos constantes. Segundo o que o teórico assinala, através da circulação e intercâmbio dos aspectos culturais de uma dada sociedade é que seus membros adquirem estatuto de cidadania. O que se daria era que as condições para a troca das ‘mercadorias simbólicas’ não seria equitativo e a luta seria buscar um melhor equilíbrio, sobretudo através da via de acesso à meios de comunicação, educação e direitos básicos.

A análise de Canclini problematiza tentativas de se embalsamar formas culturais e outras tentativas reacionárias de combate à Globalização, mas deixa de lado aspectos importantes. Um deles é apontado por Renato Ortiz como uma crise da tradição, esta entendida como algo que “procura paralisar a história, invocando a memória coletiva como instituição privilegiada de autoridade” (ORTIZ:1994;204). Segundo ele, “a tradição é penetrada e modificada nos seus elementos essenciais”, passa a ser perpassada pelas relações capitalistas e compete no que antes era seu território com um quadro de diversidade que fragmenta a sua autoridade.

Outro ponto é levantado por uma das hipóteses deste trabalho em relação ao caso do Camelódromo. Aquele local, marcado pelo território e pela presença de práticas não-referendadas pelo corpo de leis, assim como pela importância para determinados grupos sociais<sup>8</sup>, se configuraria como obstáculo para a instituição de um ponto de convergência de transportes que é importante para integração do Rio de Janeiro ao circuito global de turismo e a acumulação capitalista.

Historicamente, a cidade tem um percurso marcado por um abismo de desigualdades sociais com grande visibilidade, espacial inclusive como no caso das favelas. Essas formações deixam à mostra múltiplos sentidos de cidade e as raízes brasileiras de colônia de exploração escravagista.

Apesar do processo de formação da cidade do Rio de Janeiro ser muito mais antigo, temos um marco importante na Reforma de Pereira Passos (que governou entre 1902-1906). Nela, promoveu-se o que Raquel Paiva e Muniz Sodré identificaram como “aplicação do modelo europeu-moderno a uma parte privilegiada da cidade, acompanhada da segregação territorial dos mais pobres” (2004, pg. 81). Nessa época, predominava uma noção de embelezamento e saneamento da cidade, adaptando-a aos padrões europeus, com largas ruas.

Nesse processo, amplamente chamado de uma “modernização”, foram realizadas demolições de cortiços e blocos inteiros do Centro da cidade, marginalizando ainda mais o acesso dos mais pobres à moradia próxima aos grandes eixos econômicos (e, portanto, de emprego). Já se falava, segundo o historiador André Azevedo, em melhorar a ‘imagem’ da cidade, inclusive com o envio de cartões postais para o exterior por parte do governo Rodrigues Alves (AZEVEDO:2003;39). Porém, segundo fala destacada pelo pesquisador, o presidente fala em “saneamento”, “melhoria das condições de trabalho” e “abastecimento de águas” (AZEVEDO:2003;4), bem diferente do que é observável no Rio atual, em que se fala em valores abstratos como “cidade do samba” e na alegria carioca.

Nos anos 90, é possível observar algumas mudanças interessantes, como uma perda de força do discurso das remoções das populações mais pobres de favelas e uma urbanização das favelas. Simultaneamente, também poderíamos identificar o que Muniz

---

<sup>8</sup> Mais especificamente: os próprios camelôs, moradores do morro da Providência e usuários de ônibus, trem e metrô da periferia do Rio de Janeiro. Em geral, pessoas de baixa renda, muitos dos quais se submetem a mais de quatro horas de trânsito diário para chegar aos seus locais de trabalho

Sodré e Raquel Paiva chamaram de “culturalismo de mercado”. Esse conceito pode ser simplificado como uma tentativa de valorizar uma “tradição inventada” do Rio de Janeiro. Esse processo fica evidente no caso do bairro carioca da Lapa, colocado como ‘Berço do samba’ quando o mais indicado historicamente seria a Cidade Nova, e pela ênfase em um lado ‘cultural’ da cidade – entendendo-se cultura como conveniência, disponibilidade, mercado da cultura. “Por trás de tudo isso, desenha-se um novo tipo de hegemonia urbana, em que o capital financeiro e o mercado de consumo conpíscuo se impõe sobre o capital industrialista da velha burguesia” (SODRÉ, PAIVA, 2004, pg. 96).

Esse processo, como observam os autores, se assemelha muito ao chamado “Image-making” ou “branding” publicitário. Nota-se, inclusive, a formação de empresas exclusivamente voltadas para esse novo tipo de trabalho cognitivo, voltando-se a “qualificar” o público que visita certas áreas como a Praça XV, tendo em vista associar esses lugares ao valor turístico ou cultural e, no fim das contas, aumentar os lucros das médias ou grande empresas do local.

Em geral e especialmente nos países de terceiro mundo, o papel da mídia é fundamental para o contexto urbanístico. Isso se torna mais evidente após o anúncio da cidade como sede das Olimpíadas 2016 – que parece ter se tornado prova de fogo para a nova posição brasileira no contexto mundial para os meios de comunicação.

Não se deve confundir o que está se delineando aqui com as associações que costumam ser feitas entre mídia e imaginário em torno da cidade. Em seu livro “Cidades Invisíveis”, Ítalo Calvino já observava, “sob a cidade real, fisicamente tangível, sob o espaço edificado em que interagem milhões de pessoas, descortina-se uma cidade análoga, um plano invisível tecido de memórias personalizadas do passado, de impressões que recolhemos ao longo de nossa experiência urbana” (CALVINO:1994;96)

A noção apresentada pelo escritor deixa claro que “jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve, mas há uma relação entre eles” (CALVINO:1994;59). Essa forma de pensar é compatível com as teses de Edgar Morin sobre os meios de comunicação de massa, que competiriam e interagiriam com a cultura nacional, a erudita e outras tradições para formar o imaginário humano e que este seria responsável pela forma como as sociedades interagem com o mundo, permeando e agindo na dimensão simbólica.



Porém, filósofos como Jean Baudrillard apontam que a onipresença e hipervelocidade das imagens são dotadas de outras características que não a da representação adequada ou não e da conformação das representações. Assumindo um mundo em que o imperialismo capitalista abrange todas as dimensões e formas da vida totalmente, Baudrillard escreve “o real é produzido a partir de cadeias miniaturizadas de células e comandos. (...) O simulacro é o real” (BAUDRILLARD:1981;8), apontando que as “representações” (agora nomeadas simulacros pois teriam perdido qualquer referência ao “deserto do real”) podem constituir realidade quando se tornam onipresentes e totalizantes a ponto de preceder e preencher qualquer experiência.

Partindo de “simulacros” tais como o dinheiro, para mostrar o poder que a eficácia das imagens assume sobre a realidade na conjuntura do capitalismo atual. Nesse caso específico, grosso modo, o valor da moeda é estabelecido, depois do fim do lastro ouro e dólar, a partir da sua própria eficácia de circulação e do controle daqueles que o concentram — estando assim, descolado de qualquer referencial externo ao que seria considerado “representação” em um modelo de referencialidade. A lógica do simulacro, em Baudrillard, se estendia por toda a sociedade: a pornografia era mais intensa que o sexo tradicional e o modificava, as paisagens eram degradadas pela hipervelocidade dos fluxos, entre vários outros exemplos presentes em sua obra. Como Baudrillard parecia comprar o “fim da história” da ideologia neoliberal, esse estado se retroalimentaria eternamente ou até sua autofagia.

Exageros e fascínios apocalípticos à parte, Baudrillard pode mostrar que a afirmação de Calvino – “Jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve” – nem sempre é verdadeira. Isso fica evidente com exemplos mais próximos do caso das cidades como setores de Recursos Humanos e de Comunicação Interna de grandes empresas, que tentam estabelecer uma “cultura da empresa” (nome sintomático) promovendo tentativas de inculcar valores como “paixão pela empresa” e “sentimento de dono” em pessoas que mal entram na companhia. Nesse processo, esses departamentos também constroem espaços de sociabilidade e legitimação ligados a essas características – como as famosas salas de descompressão, onde, em alguns casos, se encontram jogos de baralho ou tabuleiro. Só que são outros os valores que são buscados e inscritos no território urbano, como a ‘alegria irreverente’ e o ‘samba’ que transpiram da Lapa.

Não é difícil delinear nessa perspectiva de culturalismo de mercado, sentidos urbanísticos que “põe urbes empresarial no lugar de gente” (PAIVA & SODRÉ:2004;86), focando-se na “competividade por capital e tecnologia” (Idem:2004;86), assentando-se na produção de valor e capital como meta constante e última. É assim que se ignora defasagens mais urgentes da maioria da população carioca, como o déficit habitacional e as dificuldades de transporte dos moradores de cidades-satélites como Nova Iguaçu e Itaguaí, em favor de obras de “revitalização” do chamado “Centro Histórico” da cidade do Rio de Janeiro — geralmente capitaneadas e perpetuadas por atrações da indústria do entretenimento. Por isso que Paiva e Sodré consideram que o culturalismo “não urbaniza verdadeiramente, quando se considera que urbanizar não é acumular gente na cidade, mas desenvolvê-la em termos de serviços, trabalho e condições humanas de vida” (Ibidem:2004;93).

O nome culturalismo vem do fato de que grande parte das fontes de renda da cidade, desde que o Rio perdeu a condição de capital política do Brasil, advém do par cultura (entretenimento)/turismo. Além disso, Barbara Freitag aponta que a cidade manteve parte de sua “capitalidade”, isso é, a capacidade de se estabelecer como caixa de ressonância cultural e discursiva em relação ao país, permitindo um protagonismo que se reflete, inclusive, na distribuição de recursos públicos e privados, internos ou estrangeiros, para a cidade (FREITAG:2010;450).

Tomando as cores de projetos voltados para incentivar “a cultura brasileira” ou para preservar a memória da cidade, o projeto culturalista se inscreve por toda a parte. Porém, como colocam Paiva e Sodré:

A argumentação culturalista que costuma justificar esse tipo de operação, em geral empreendida por políticos conservadores, orienta-se pela redescoberta do perdido num passado idealizado para reelaboração de um mito de origem compatível com o turismo e com a especulação imobiliária  
(PAIVA e SODRÉ:2004;85)

Apesar de pequenas formatações urbanas aqui e ali, é isso que vai se construindo com projetos de ‘revitalização’ do “Centro histórico” do Rio de Janeiro, nome, aliás, sintomático, pois como assinalou Henri-Pierre Jeudy, “que centro não é histórico?”<sup>9</sup>. Para o filósofo francês, “a cidade excede a representação que qualquer pessoa faz dela”

---

<sup>9</sup> Entrevista ao autor e Artur Lara Romeu

(JEUDY:2005;81), mantendo-se múltipla acima de quaisquer tentativas de controle, pois o pitoresco sempre se ressalta e atravessa a fachada que é montada. Porém, para ele, o processo de patrimonialização se configura como uma tentativa de cristalizar uma cidade no tempo, furtando-a de um pouco desse dinamismo e dessa vitalidade.

Segundo Jeudy, ao contrário do que muitas vezes se supõe, essa tentativa de cristalizar a memória não seria uma tentativa de resistir à homogeneização imposta pela globalização, mas acaba servindo a ela. As tentativas de configurar esses ‘territórios de memória’ acaba transfigurando diversas zonas da cidade como ‘museus a céu aberto’, criando áreas que são voltadas exclusivamente para o deleite turístico ou da indústria do entretenimento.

Em decorrência deste processo que visa declaradamente a “requalificação e valorização urbana”, se institui a chamada ‘gentrificação’. Conceito urbanístico derivado da expressão ‘gentry’, pequenoburguesia inglesa, o termo é definido assim por Paiva e Sodré:

Gentrificação foi a palavra que alguns americanos encontraram para designar os processos de requalificação do espaço urbano operados por arquitetos-urbanistas, aliados a empresários e bens e serviços simbólicos, responsáveis pelo culturalismo de mercado. Neste tipo de operação, a cidade deixa de ser simplesmente lugar, para ser designada por especialistas em urbanismo e sociólogos como “ator político” (...) A esperteza teórica oculta o fato de que quando se beneficia com investimento públicos essa cidade-ator-político (...) esquecem-se frequentemente os moradores do lugar

(PAIVA & SODRÉ:2004;86)

No caso brasileiro, a ‘requalificação’ do espaço urbano geralmente passa por remoções de habitações populares e a exclusão da população mais pobre através do aumento de preços e das mudanças simbólicas e culturais consequentes da tal ‘requalificação’.

Para os fins deste trabalho, porém, serão destacados dois valores dentre os ressaltados e reproduzidos pelo culturalismo de mercado e sua exclusão dos diferentes e desiguais: ordem/segurança e modernidade/mundialização, os dois umbilicalmente ligados. Foram esses os mais presentes durante a cobertura do incêndio no camelódromo da Central do Brasil e não se trata de uma acaso particular. Conscientemente é feita nos jornais uma relação entre valorização imobiliária e

valorização urbanística a partir desses dois valores, como se torna constantemente evidente na cobertura da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora e no das obras do Porto Maravilha e Revitalização do Centro Histórico.

### 3.1. Ordem e Segurança

No caso da “Ordem/Segurança”, o trabalho observa que há um conjunto de ações agrupadas pelo nome “Choque de Ordem” que pode dar a ver um pouco mais sobre o que significa esse valor no contexto urbano. Vale lembrar que essa operação não é o objeto desta monografia, mas uma referência para entender o contexto carioca. Mas o que haveria de novo neste processo?

Tirar violentamente mendigos da rua e multar carros estacionados de modo inapropriado não são invenções atuais na realidade brasileira. Ao contrário, sempre estiveram presentes e até de forma mais radical em governos como o de Carlos Lacerda no então Estado da Guanabara — conhecido pelo chamado “Afogamento de mendigos”. Dizendo isso, parece estranha a intensidade dos holofotes e dos aplausos em torno dessa criação a qual dão o nome de operação (o mesmo das ações coordenadas da Polícia Militar ou dos médicos-cirurgiões).

Quando Eduardo Paes, atualmente no PMDB, assumiu a prefeitura do Rio de Janeiro em primeiro de janeiro de 2009, não demorou muito a anunciar o chamado “Choque de Ordem”, sem qualquer tipo de estudo específico para sua aplicação. A única tentativa oficial de definir claramente o que seria a medida aparece jogada em um canto no site da Prefeitura, postada um ano depois do lançamento da iniciativa, com o título “Um fim a desordem urbana”, que definia:

A desordem urbana é o grande catalisador da sensação de insegurança pública e a geradora das condições propiciadoras à prática de crimes, de forma geral. Como uma coisa leva a outra, essas situações banem as pessoas e os bons princípios das ruas, contribuindo para a degeneração, desocupação desses logradouros e a redução das atividades econômicas.

Com o objetivo de pôr um fim à desordem urbana, combater os pequenos delitos nos principais corredores, contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade de vida em nossa Cidade, foi criada a Operação Choque de Ordem. São operações realizadas pela recém criada Secretaria de

Ordem Pública, que em um ano de existência vem conseguindo devolver à ordem à cidade.<sup>10</sup>

Relacionando o que é apresentado com as ações que aparecem nos jornais, logo vemos que se entende que por “principais corredores” é principalmente a área que compreende a Zona Sul, os bairros de Recreio dos Bandeirantes, Barra da Tijuca, Centro, Tijuca, Vila Isabel e adjacências. Região que concentra boa parte das residências de classe média e alta da cidade, assim como a maioria dos equipamentos culturais, atrações turísticas e prédios históricos.

Também se percebe uma espécie de ahistoricismo, como se a cidade tivesse uma espécie de estado natural de nome “Ordem” que é desequilibrado por uns poucos “bandoleiros” que insistem em “criar confusão” e não uma narrativa histórica muito mais complexa. Não é difícil deduzir do pequeno texto que as formas de se modificar essa ‘anormalidade’ são, ao que aparenta, o uso da força policial e da fiscalização, pois essa seria a primeira interpretação de “combater os pequenos delitos”.

Não há como entender através do texto em si o que seria a tal figura da desordem urbana — a não ser defini-la por um fetichizado “ordem urbana” —, mas uma rápida busca nos jornais cariocas nos dá um pequeno panorama. Grande parte das ações noticiadas são apreensões de mercadorias de camelôs, prisões por pequenos delitos (furtos, ameaças, etc), multas de trânsito, retiradas de mendigos entre outros. Dou destaque a uma categoria de Choque de Ordem conhecida como “os mijões”, ressaltada especialmente pelos jornais cariocas. A política da prefeitura focou especialmente os que urinam nas calçadas e ruas da cidade — o que revela uma característica eminentemente estética da operação.

Essa presença constante nos jornais por parte das ações e não só dos resultados talvez seja o diferencial do “Choque de Ordem”, pois nos leva a observar um novo papel dos jornais de uma forma geral no jogo de poder. Se durante a Ditadura militar, predominava um silêncio sobre as ações coercitivas, agora é possível ver uma modalidade de visibilidade selecionada e constante. É difícil não encontrar alguma nota sobre o choque de ordem a cada semana, geralmente acompanhada de aplausos.

O que se delineia aqui já lembra vagamente a noção de mito em Roland Barthes,(1993, pgs. 163-165) como uma narrativa que se pretende supra-histórica e

---

<sup>10</sup> Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=87137>, acesso em 07/09/2010, 19h43

auto-evidente com o efeito de naturalizar a realidade e dissolver conflitos. As ações do Choque de Ordem também condizem com um quadro clássico de ‘criminalização da pobreza’ (BAUMAN, 1998, pg.57) que é constante na história brasileira. Ignoram-se as condições sociais, individuais e históricas em que vivem os que praticam os ‘pequenos delitos’ descritos acima e aplica-se uma medida policalesca generalizada em vez de investimentos estruturantes em educação e assistência social.

Ainda sobre o Choque de Ordem, a professora de Serviço Social da UFRJ Gabriela Icasuriaga afirma:

na ausência de uma política abrangente para o espaço urbano carioca e seus habitantes, na sua diversidade e complexidade, temos ações pontuais, (...). O que observamos como abandono da cidade é a ausência prolongada de intervenções urbanísticas abrangentes, transversais e integradoras que visem redistribuição da riqueza socialmente produzida no espaço da cidade. (...) mesmo em épocas de alta absorção de mão de obra no mercado formal de trabalho, o Rio de Janeiro se manteve com taxas superiores de informalidade (ICASURIAGA, 2009<sup>11</sup>)

### 3.2. O moderno urbano em tempos pós-modernos

Modernidade. Essa palavra é tão repetida no nosso dia-a-dia , mas ao mesmo tempo é muito pouco entendida. Quando uma consultoria<sup>12</sup> afirma em um vídeo ou texto institucional que foi a responsável pela modernização de um setor de uma empresa, geralmente se refere ao incremento da eficiência produtiva, na maioria das vezes passando pela atualização tecnológica ou técnica, mas ao mesmo tempo pode-se dizer que uma cidade foi ‘modernizada’ — o sentido seria o mesmo? O que seria “aumentar a eficiência” de uma cidade?

Não é por falta de definições acadêmicas que a questão do que é modernidade ficaria sem resposta, mas antes por sua incompatibilidade com o uso corrente que a palavra adquiriu. Segundo uma das correntes do meio intelectual (Baudrillard, Bauman, só para citar alguns nomes) teríamos passado para a pós-modernidade, fase na qual as instituições, conceitos e verdades que pareciam inequívocos se tornam líquidos e descartáveis ou deixam de fazer qualquer sentido. Geralmente, isso ocorreria a uma

<sup>11</sup> Disponível em [http://www.olharvirtual.ufrj.br/2006/index.php?id\\_edicao=237&codigo=3](http://www.olharvirtual.ufrj.br/2006/index.php?id_edicao=237&codigo=3) acessado em 07/09/2010, 20h34

<sup>12</sup> Cita-se como exemplo diversos vídeos da FGV projetos

hegemonia globalizada unipolar do mercado ou à ocidentalização do mundo, sendo a modernidade — fase deixada para trás — marcada por conceitos como “progresso”, “verdade” e “Estado-Nação”, sendo compatível com as utopias políticas e com um ‘fim da história’ que corresponde às condições mais justas para os membros de uma sociedade.

O sociólogo americano David Harvey escreveu um celebrado livro chamado “A Condição Pós-moderna”, no qual reavalia essa questão. Segundo ele, as faces da modernidade, ligada ao fordismo e a produção em série, e a da pós-modernidade, ligada ao pós-fordismo e a produção flexível, seriam “reificações estáticas impostas à interpenetração fluida de relações dinâmicas” (HARVEY:2003;305) de um mesmo capitalismo. A modernidade seria marcada pela centralização, atuação do estado, pelo propósito e outros valores, mostrados na tabela seguinte.

*Tabela 4.1 Modernidade fordista versus pós-modernidade flexível, ou a interpretação de tendências opostas na sociedade capitalista como um todo*

<i>Modernidade fordista</i>	<i>Pós-modernidade flexível</i>
economias de escala/código mestre/hierarquia homogeneidade/divisão detalhada do trabalho	economias de escopo/ídioteleto/anarquia diversidade/divisão social do trabalho
paranóia/alienação/sintoma habitação pública/capital monopolista	esquizofrenia/descentração/desejo desabrigados/empreendedorismo
propósito/projeto/domínio/determinação capital produtivo/universalismo	jogo/acaso/exaustão/indeterminação capital fictício/localismo
poder do Estado/sindicatos Estado do bem-estar social/metrópole	poder financeiro/individualismo neoconservadorismo/contra-urbanização
ética/mercadoria-dinheiro Deus Pai/materialidade	estética/dinheiro contábil O Espírito Santo/imaterialidade
produção/originalidade/autoridade operário/vanguardismo política de grupo de interesse/semântica	reprodução/pastiche/ecletismo administrador/comercialismo política carismática/retórica
centralização/totalização síntese/negociação coletiva	descentralização/desconstrução antítese/contratos locais
administração operacional/código mestre fático/tarefa única/origem	administração estratégica/ídioteleto andrógino/tarefas múltiplas/vestigio
metateoria/narrativa/profundidade produção em massa/política de classe racionalidade técnico-científica	jogos de linguagem/imagem/superfície produção em pequenos lotes/social movimentos/alteridade pluralista
utopia/arte redentora/concentração trabalho especializado/consumo coletivo	heterotopias/espetáculo/dispersão trabalhador flexível/capital simbólico
função/representação/significado indústria/ética protestante do trabalho reprodução mecânica	ficção/auto-referência/significante serviços/contrato temporário reprodução eletrônica
vir-a-ser/epistemologia/regulação renovação urbana/espço relativo	ser/ontologia/desregulação revitalização urbana/lugar
intervencionismo estatal/industrialização internacionalismo/permanência/tempo	<i>laissez-faire</i> /desindustrialização geopolítica/efemeridade/espço

1.1 Tabela de David Harvey sobre modernidade e pósmodernidade<sup>13</sup>

Em uma primeira observação há pouca ligação entre o ‘moderno’ da conceitualização sobre a transição da modernidade para a pós-modernidade e o valor urbanístico da “modernidade”. Não se está querendo dizer que a cidade se tornará mais fordista ou centralizada em um controle estatal, ainda que a característica do intervencionismo esteja presente. Como observam Paiva e Sodré, a forma de urbanização ligada ao fordismo e à acumulação produtiva era o da “cidade-empresa-manufatureira”, do qual o desenvolvimento de Bangu, Zona Oeste do Rio, é um exemplo. Segundo os autores, em fins do século dezenove, instalou-se ali a Companhia

<sup>13</sup> HARVEY:2003;303



Progresso Industrial do Brasil, investimento de imigrantes portugueses, que “foi responsável pela urbanização e saneamento do bairro, abrindo escolas e introduzindo o futebol na vida da cidade. A empresa criava condições reais para a fixação de seus empregados” (PAIVA & SODRÉ:2004;94). Neste processo, mesmo apresentando estruturação urbana de fato, descartariam-se os segmentos sociais que não se encaixassem no projeto da empresa, usando dos investimentos urbanos para “anular as formas de contestação ou de reivindicação por parte dos “irrelevantes”, ou seja, despolitizar (em seu sentido profundo) a cidade em favor de dispositivos gerenciais”(idem:2004;94). O processo do Culturalismo se encaixaria melhor no projeto pós-moderno, a partir de uma virada cultural e da articulação com o *image-making* da simulação e da vida-virtual.

Até por conta disso, fica difícil prosseguir essa releitura sem trazer à tona algumas das construções feitas em algumas das reportagens. Em 28 de Abril, por exemplo, os repórteres João Noé e Ricardo Albuquerque escreveram sobre a substituição do espaço do camelódromo: “Onde era o Mercado Popular da Central do Brasil, será erguido o terminal Américo Fontenelle, com lojas comerciais, estacionamento para 209 carros, canteiros arborizados e câmeras de monitoramento 24 horas. A obra custará R\$28 milhões”<sup>14</sup>. No dia seguinte, o mesmo jornal falaria sobre um “camelódromo com escada rolante e ar-condicionado”<sup>15</sup>.

Qual seria a ligação entre valores como canteiros arborizados, monitoramento por câmeras e ar-condicionado para que se possa reuni-los sob o nome “modernidade”? À rigor, poderia se dizer que se tratam de três características diferentes, ligadas à discursos fortemente presentes na atualidade: o movimento verde/saudável, a noção de segurança e a busca pelo conforto. Mas na articulação imagética, conta mais o ponto de vista do que o objeto em si, sendo estes postos em conjunto, evidenciando que se trata de uma outra ideia que se delineia. Uma das poucas perspectivas que permite esse agrupamento é a noção de “modernidade mundo”, relacionada ao conceito de mundialização.

Com isso é necessário voltar-se para a discussão em torno da globalização e da polêmica entre homogeneização e conexão com as redes globais. Mundialização é muito diferente de Globalização, mas os processos são análogos. O sociólogo brasileiro

---

<sup>14</sup> O Dia, 28/04/2010, página oito

<sup>15</sup> O Dia, 29/04/2010, página oito

Renato Ortiz é um dos teóricos que estabelecem a distinção entre esses dois conceitos, definindo globalização como um conceito que:

se aplica à produção, distribuição e consumo de bens e serviços, organizados a partir de uma estratégia mundial, e voltada para um mercado mundial. Ele corresponde a um nível e a uma complexidade da história econômica, no qual as partes, antes inter-nacionais se fundem agora numa mesma síntese: o mercado mundial.  
(ORTIZ:1994;16)

Vale notar que o sociólogo paulista afirma que esse processo é tendencial e relativamente recente. A Mundialização, para o autor, seria outra face de um processo de ocidentalização do mundo, mas que se referiria mais a práticas sociais e culturais. Como coloca Ortiz, “Hábitos alimentares, maneira de se vestir, crenças, enfim, os costumes fazem um contrapeso à mobilidade mercantil, confinada ao domínio das trocas internacionais” (ORTIZ:1994;24). Segundo ele, a correlação entre cultura e economia não se faz de maneira imediata.

De uma forma similar ao antropólogo Canclini, Ortiz admite que “uma cultura mundializada não implica o aniquilamento das outras manifestações culturais, ela cohabita e se alimenta delas. Um exemplo: a língua” (ORTIZ:1994;27). Nesse processo, não haveria uma homogeneização entendida como a exportação imediata de um modelo de negócios ou de consumo de um país para outro, mas uma padronização seletiva de hábitos de consumo (idem:1994;169-171), que se traduziria melhor como a identificação e produção de segmentos da população de países subdesenvolvidos que possam ser consumidores das empresas transnacionais. Certas cidades, como São Paulo, se aproximariam mais do padrão de vida de Nova York do que do da cidade de Vitória (Espírito Santo). Atingir esse mercado seria muito mais difícil sem adaptações à realidades locais tais como a mudança do tamanho da lata de coca-cola para se adaptar às geladeiras compactas do México, fatos a partir dos quais pode-se pensar o vocábulo “glocal”. Esse acesso aos produtos e signos mundializados assumiria um caráter de “distinção social”, ou seja, serviria para estabelecer as diferenças entre classes sociais e como símbolo de status, sobretudo em países subdesenvolvidos. É sobretudo para a construção de aspectos da cultura da ‘modernidade-mundo’ que se refere o valor urbanístico da ‘modernidade’.

### **3.3. Cidade: espíritos e motores**

Pressente-se entre a lógica do culturalismo e a que a crítica que se faz dela, pontos de vista diferentes sobre cidade, análogos à percepção de Michel de Certeau. Segundo o historiador francês, a tentativa de se apreender a cidade a partir de um olhar centralizador e panorâmico, historicamente ligado à criação da perspectiva, é definida a partir de uma tripla operação:

1. A produção de um espaço próprio, característica de uma cidade, com fronteiras delineadas
2. O estabelecimento de um sistema sincrônico, geralmente a partir de uma racionalidade técnico-científica que nivela ou quantifica os dados, como uma forma de substituir as tradições e o jogo casuístico das pessoas na relação com o espaço
3. “A criação de um sujeito universal e anônimo que é a própria cidade”. Essa operação é análoga à constituição de Estado, acumulando funções que eram distribuídas a uma infinidade de atores sociais.

(CERTEAU:1994;171-174)

Porém o que Certeau propõe como principal nos dois volumes de “A Invenção do cotidiano” e nesse capítulo, “Caminhadas pela cidade”, em particular, é olhar não só para as estruturas de controle que se instituem, mas para as práticas que lidam com elas. Ele coloca o foco em:

seguir o pulular desses procedimentos que, muito longe de ser controlados ou eliminados pela administração panóptica, se reforçaram em uma proliferação ilegítima, desenvolvidos e insinuados nas redes de vigilância, combinados segundo táticas ilegíveis mas estáveis a tal ponto que constituem regulações cotidianas e criatividades sub-reptícias que se ocultam somente graças aos dispositivos e aos discursos, hoje atravancados, da organização observadora  
(CERTEAU:1994;175)

Certeau se refere a uma reapropriação individual feita em relação a um controle social em torno de uma espacialidade, construindo a hipótese de uma “retórica dos passos” que pode ser apreendida e controlada enquanto trajeto, mas não na sua dimensão poética e metafórica. Segundo o autor, o caminhante vive no campo estabelecido pela disciplina ou outras formas de controle, mas não está completamente subjugado a ela sobretudo quando se encontra em voga de ‘autoridades locais’

permeadas de lembranças e de ausências que “autoriza a produção de um espaço de jogo num tabuleiro analítico e classificador de identidades” (CERTEAU:1994;186).

Mas o que se apresenta com o culturalismo de mercado não é tão simples quanto relegar este ao olhar centralizador de governantes-planejadores e o movimento cotidiano como “resistência”. Entrevistei um publicitário que faz iniciativas de image-making carioca, o doutorando em comunicação e empresário Israel Oliveira. Estudioso de teóricos como Jeudy, Paia e Sodré, além de outros autores ligados à questão urbana e comunicação, ele está ciente das críticas em relação ao projeto de cidade atrelado ao branding urbano, mas defende que “goste-se ou não, é uma realidade o papel do capital privado na construção da cidade”, mas o que chama a atenção (e desafia os argumentos deste capítulo) é que ele afirma, “o image-making ressalta as características que o território já apresenta, como a boemia da Lapa, e faz com que as pessoas ocupem as ruas e conheçam sua cidade. O carioca muitas vezes se fecha em seu bairro ou condomínio e não conhece o Rio de Janeiro. O Branding é uma maneira de **reavivar** a rua”.

A fala do professor lida diretamente com a chamada “morte da rua”, provocada por modelos funcionalistas e centralizadores de cidade, e com as idéias de Certeau. O culturalismo urbano é, como observa Israel, um modelo que “mobiliza os afetos que os moradores têm pela cidade e revitaliza os bairros”, por isso parece difícil a crítica baseada em Certeau, que está voltado para a rigidez da cidade e a disciplina (no sentido Foucaultiano) que seus espaços impõem para os caminhantes. É tentador até dar razão ao empresário quando se observa apenas esse aspecto da questão.

Porém, a gentrificação é ainda um fato que não se encaixa na montagem que Israel faz sobre o tema. Quando perguntado sobre isso, ele não tentou desconversar, mas ficou visivelmente nervoso e abordou o assunto de forma indireta e com muita cautela. “A questão da pobreza é complexa. A mendicância se concentra em determinados pontos da cidade, sobretudo os mesmos onde circula quem tem dinheiro. Ainda devem ser feitos muitos estudos sobre isso, porque envolvem questões como a escolha e estilos de vida. A busca de solução para a moradia é algo com que o Branding não lida. Também tem o caso dos camelôs, que vendem produtos do lado de fora dos estabelecimentos. O preço é mais barato porque os ambulantes não pagam impostos e não fazem investimentos”, respondeu o professor.

De pronto, questionei novamente, “Mas a gentrificação acontece?”. O publicitário olhou para baixo, respirou e perguntou, “você quer dizer o que? Que os frequentadores deixam de ser aqueles de baixo poder aquisitivo, que às vezes passam muito tempo no local, mas consomem pouco, e passam a ser mais qualificados? Esse é o objetivo do Branding urbano e não é ruim porque melhora a segurança e permite ao território aflorar. Sem certas medidas, as pessoas não vão sair de casa e vão continuar presas”, respondeu ele.

Chama a atenção o uso dos conceitos de território e do afeto durante a entrevista, como uma forma de defender a prática do Branding. Tradicionalmente usadas para descrever grupos fortemente atrelados a um espaço específico diante de alteridades ou para falar de zonas de guerra, agora essas formas de vinculação são apropriadas para se falar sobre um movimento ligado à modernidade-mundo. Quando se olha desta forma para o branding, vem à mente a perplexidade de Adorno e Horkheimer diante da extensão da lógica industrialista ao tempo livre e às artes – um locus que se pensava como foco de resistência em relação a algum movimento (a razão instrumental industrialista no caso deles; a mundialização e a globalização no nosso) passava a integrá-lo e promovê-lo.

Há, porém, uma diferença sutil ainda que primordial entre o posicionamento de Certeau e o que Israel aponta. O historiador francês não fala propriamente de uma oposição entre espaços ao ar livre e espaços fechados, mas da necessidade da abertura e do jogo para se opor à univocidade de sentido, tornando o espaço habitável (CERTEAU: 1994; 186).

O que “leva o caminhante a caminhar” em Certeau é a busca de abertura para a alteridade, para camadas semânticas diversas. Para ele, “só há lugar quando frequentado por espíritos múltiplos, ali escondidos em silêncio, e que se poder “evocar ou não. Só se pode morar num lugar assim povoado de lembranças – esquema inverso daquele do *Panopticon*” (CERTEAU:1994;189).

Já no caso do Branding urbano, como afirma Oliveira, “Há uma seleção das características que o território apresenta” e mesmo considerando que “não se coloca nada que o território já não tenha, apenas se ressaltam e são adaptados os produtos e os estabelecimentos de determinado centro”, a questão da alteridade se modifica. A seleção promovida por este processo lembra a “reflexividade patrimonial” de Jeudy, no qual a cidade toma a si mesma como espelho, promovendo a visibilidade de narrativas e de

formações urbanas, cristalizando-as no tempo e criando “uma unidade factícia de cidade”. Essa reflexividade apresenta diversas causas e corrobora com diversas lógicas e situações, mas o que nos interessa neste caso é que, como coloca Israel Oliveira, “que o objetivo do Branding é o consumo do turista, não só o estrangeiro e do Brasil, mas também o próprio cidadão carioca”. Segundo ele, o consumo não deve ser visto como uma coisa escusa, mas como uma forma de conhecer e se reapropriar do que é dado pelo mercado e recriar.

Aí se encontra uma das chaves para se entender a diferença que está se discutindo: não se pode dizer, à rigor, que um vendedor ou um dos frequentadores “consumiam o camelódromo” pois isto pressupõe uma produção reflexiva. Esse conceito do consumo advém da noção de gasto de Georges Bataille – em vez de estarmos em uma sociedade de acumulação produtiva, como formulara Marx, antes a economia capitalista seria baseada no ‘gasto improdutivo’ e no dispêndio.

O consumo vem sendo visto por grupos de estudiosos de diversas áreas, tais como Canclini e Mary Douglas, como uma forma de se apropriar muitas vezes do sentido instaurado na produção da mercadoria e produzir a alteridade (ou a interculturalidade, mais especificamente para Canclini). O antropólogo francês Michel Maffesoli coloca uma contraposição maior entre a fertilidade do consumo e o impulso totalizador que marcou sociedades modernas: para ele, estaríamos deixando uma ordem apolínea, marcada pela homogeneização, a individualização e a racionalidade, para a formação de novas tribos urbanas, que instauram uma sensibilidade dionisíaca e uma presentificação orgiástica. Nesse contexto, a homogeneização cederia diante de uma nova diversificação de formas de vinculação. Ele afirma isso olhando para as práticas do cotidiano de grupos de pessoas, sobretudo jovens.

Só que, como já frisamos, no plano da produção de condições para essa “orgia” se encontra um mercado cada vez mais concentrado nas mãos de grandes conglomerados, o que acarreta diversas mediações nessa tribalização, geralmente ligadas ao modo de vida da “modernidade-mundo”. Várias delas foram tratadas, mesmo que de passagem, no decorrer deste trabalho, mas uma conjunção deve ser ressaltada nesse momento: a articulação entre flexibilidade, liquidez de “conexões” e a velocidade, como apontado pelo sociólogo Zygmunt Bauman.

Segundo o teórico polonês, duas figuras surgem como modelos de subjetividade no que ele chama de pós-modernidade: os turistas e os vagabundos. Tanto um quanto o

outro Em um mundo em que “identidades podem ser adotadas e descartadas como uma troca de roupa” e que sempre se deve “manter as opções abertas” (BAUMAN:1997;111), os turistas transitam em busca de novas experiências, mas sem nunca se comprometer com nada. Seu trânsito, ainda é sempre cercado de uma segurança e de um afastamento em relação à situação que observa, o que cria uma espécie de “bolha”. O vagabundo também está sempre em trânsito, mas não porque quer, mas sim porque nunca é bem vindo. Nesse contexto, “a liberdade de escolha (...) é de longe, na sociedade pós-moderna, o mais essencial entre os fatores de estratificação” (BAUMAN:1997;111-115).

Como descreve Certeau, os lugares são “histórias fragmentárias e isoladas”, muitas vezes de forma subterrânea, dificilmente acessíveis a um visitante qualquer. Esse tipo de vinculação não é acessível através da ordem do consumo e, portanto, em relação à reflexividade do Branding urbano, pois exige uma demora (como lembra Márcio D’Amaral, *demeur*, em francês — donde, *meur*, morar) e um não-afastamento em relação a um lugar. Há um sem-número de situações que eu, mesmo conhecendo minimamente o camelódromo e compartilhando algum “saber suburbano”, nunca entendi — como quando pedi a um camelô que me contasse alguma história de lá e ele falou alguma coisa sobre as prostitutas da Central e passou a conversar com os outros vendedores sobre o assunto, rindo fartamente, sem que eu chegasse a entender qualquer coisa. Esse tipo de relação não é objeto de consumo e, no meu caso, não foi sequer comunicável em um nível superficial sem alguma explicação (que estou esperando até hoje). Como já citado, são “simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo. “Gosto muito de estar aqui” é uma prática de espaço este bem-estar tranqüilo sobre a linguagem onde se traça, um instante como um clarão” (CERTEAU:1994;189-190). Essas formas são descartáveis durante o processo do Branding e pelo processo jornalístico em geral e, ainda que possam ser patrimonializadas ou valorizadas de alguma forma, continuariam inacessíveis sem a profundidade da crença e da entrega.

#### **4. Análise dos jornais**

Historicamente, o conceito de ideologia foi instrumental para os estudos de teoria crítica. Essa noção passou a ser amplamente utilizada a partir dos escritos de Karl Marx e Engels, na forma de uma ilusão metafísica ou falsa consciência como uma montagem racionalista que mascara a realidade (*apud* SODRÉ:2009;9-10)

O filósofo americano Douglas Kellner aponta que Marx e Engels usaram esse conceito como uma forma de denunciar “idéias que legitimam a hegemonia da classe dominante, disfarçando interesses particulares como gerais” (KELLNER:2003;57) Essa definição estava ligada não só às condições econômicas, mas também às culturais – o que, de acordo com Kellner, se perdeu para um foco economicista em certos teóricos, como os da escola de Frankfurt.

No seu “Cultura da Mídia”, ele defende o uso da ideia de ideologia como algo que “assume que ‘eu’ sou a norma (...) e que tudo que é diferente ou outro não é normal. (...) produzindo hierarquias e rankings que servem aos interesses dos poderes dominantes e das elites” (KELLNER:2003;57). Para o autor, a ideologia se aplica não só à distinções econômicas, mas a gênero, sexualidade, raça e outros fatores constitutivos da identidade

Na mesma página, em uma nota de rodapé, Kellner demonstra conhecer a crítica de Foucault acerca da ideologia e, apesar de ressaltar sua importância, não discute muito nem apresenta os argumentos para esta posição. Porém, em “Microfísica do Poder”, Foucault oferece uma síntese de seu posicionamento:

“A noção de ideologia me parece dificilmente utilizável por três razões. A primeira é que, queira-se ou não, ela está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade. Ora, creio que o problema não é de se fazer a partilha entre o que num discurso releva da cientificidade e da verdade e o que relevaria de outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos. Segundo inconveniente: refere-se necessariamente a alguma coisa como o sujeito. Enfim, a ideologia está em posição secundária com relação a alguma coisa que deve funcionar para ela como infra-estrutura ou determinação econômica, material, etc.”  
(FOUCAULT:1979;7)

Quanto aos argumentos apresentados vale ressaltar que o terceiro é próximo ao que Kellner aponta como economicismo, mas os outros devem ser observados com mais calma. O primeiro se refere principalmente a uma postura de não aceitar a verdade como um absoluto metafísico, mas admitir seu caráter necessariamente construído. Para Foucault, não é o mais importante se perguntar se um enunciado é real ou não, mas o que ele produz e dá a ver. O segundo ponto baseia-se tanto na crítica do sujeito como



essência quanto em um dos maiores méritos de Foucault: mostrar que o poder é microfísico, se inscreve em toda a sociedade sem estar propriamente localizado em um lugar (como o Estado ou uma classe dominante).

Considerando essas críticas, a ideologia ainda seria um conceito atual? Aparentemente, não há resposta pronta, mas é possível procurá-la nos escritos do sociólogo francês Pierre Bordieu. Estudando as relações de distinção social através do gosto e dos estilos de vida, Ele mostra que não é possível pensar separadamente as disposições culturais da condição econômica nem vice-versa. Por isso, a tendência é que os vínculos de sociabilidade e afinidades, na forma das práticas, perpetuem as estruturas sociais.

Por esse ângulo fica mais evidente, por exemplo, que a questão da pobreza não é separável da racial, principalmente no Brasil – embora deva-se notar que são diferentes. Sendo assim, vale a crítica de Kellner à postura foucaultiana: essa perspectiva pode levar ao excesso de fragmentação das lutas e à desmobilização (KELLNER: 2003;61)

Outras precauções que devem ser tomadas podem ser encontradas na abordagem de Muniz Sodré:

“(…) [Na acepção dita semiótica] ideologia tem o sentido de sistema de decisões discursivas sobre axiomas de realidade, articulado com a ordem produtiva dominante. É, em última análise, a *forma* que os conteúdos (enunciados, processos, significações, imagens, etc.) assumem na vida social, com vistas à produção de sentido. (...) é homológica em níveis manifestos e latentes, ao modo de produção econômica dominante e às modulações culturais da organização social. Ideologia é aqui uma força de integração social” (SODRÉ:2009;10)

Além disso, Sodré faz uma observação na qual é preciso se deter. Conceituando ilusão como um “pôr-se em jogo” do homem necessário às apreensões iniciais que este faz ao tentar conhecer o mundo e relacionando ideologia como uma ilusão metafísica, o autor observa que esta apreensão é “ao mesmo tempo racional e sensível (SODRÉ:2009;9)

Ressaltar o aspecto sensível é uma constante na obra do ensaísta, que apontou em entrevista à revista acadêmica Famecos (2001) que o principal na mídia dos tempos atuais não seria a argumentação racional. O que se produz é, como coloca Sodré em

“Antropológica do Espelho”, a projeção do sujeito em uma ambiência que ele passa a habitar sensorialmente (a hipótese do Bios midiático, apresentada anteriormente) (SODRÉ:2002;21-26).

Quando se liga o jornalismo ao poder não se quer dizer que há um controle disciplinante, à maneira da censura explícita, em todas as pautas (ainda que hajam casos notórios de manipulações grosseiras) e que é forçado um conteúdo sobre o leitor. A questão da ideologia se dá de muitas outras formas. Por exemplo, nota-se que tanto em “O Dia” quanto em “O Globo” cada matéria sobre o incêndio foi feita por repórteres diferentes, não havendo a tradicional manutenção do mesmo repórter para o aprofundamento das matérias.

Os jornalistas não são mais vistos como “servidores do público que procuram a verdade, no papel de ‘cães de guarda’ que protegem os cidadãos contra os abusos do poder, no papel de contrapoderes que atuam do lado de quem doer, no papel de ‘heróis’ do sistema democrático” (TRAQUINA:2004;59). Esta mitologia é, segundo o teórico Nelson Traquina, ligada à teoria democrática e a uma ideia de imparcialidade, contestada principalmente nos anos 70.

Mesmo “O Dia”, que se preocupou com a sorte dos camelôs, acompanhando com algum interesse os desdobramentos do incêndio na vida deles, deu o caso por encerrado com as promessas por parte do prefeito Eduardo Paes de construir um novo camelódromo. Tanto “O Globo” como “O Dia” preocuparam-se em apontar as condições suspeitas do caso, mas nenhum se prestou a investigar o ocorrido ou pelo menos a entender as suspeitas que se levantavam entre os camelôs. O mistério parece servir mais como um tempero para a história do que como chamariz de uma efetiva investigação jornalística – típica de um jornalismo em tempos modernos.

Se o jornalista de que fala Traquina se parece mais com um detetive racional, a figura atual se assemelha mais com a de um ‘entertainer’. Torna-se mais importante, como coloca a filósofa paulista Marilena Chauí em “Simulacro e Poder”, apresentar o sensacionalismo – no caso deste trabalho, descrevendo as dimensões do incêndio e o desespero dos camelôs – do que investigar e interpretar o fato social. Na narrativa jornalística sobre o acontecimento, parece não haver restado pedra sobre pedra no Centro Comercial e os vendedores parecem estar a esmo, na esperança de que o apoio governamental os retire da situação em que se encontram. Enquanto isso, o que não se falou foi a que a maior preocupação deles era a de que o incêndio servisse de pretexto

(como, efetivamente, serviu) para a demolição da metade do camelódromo que não foi afetada.

No dia seguinte ao incêndio (27/04/2010), “O Globo” estampou no meio de sua capa um foto de chamas estalando, consumindo o que algum dia fora uma barraca de camelô. No alto da imagem, seco e duro aparece o título “Incêndio destrói Camelódromo”. Embaixo, a legenda destaca um sem-número de consequências do “desastre”: “boxes do camelódromo da Central do Brasil são consumidos pelas chamas no incêndio que durou mais de quatro horas e parou o trânsito na região central do Rio. Bombeiros tiveram problemas com falta de água. Um terminal rodoviário vizinho foi interditado. Não houve feridos”

Já a página 18 do jornal do mesmo dia é inteiramente dedicada ao caso, compartilhando espaço, apenas com um anúncio da “Ibero Cruzeiros”. A matéria é ilustrada por cinco fotos ilustrando a confusão da hora do incêndio e o sofrimento dos vendedores que, com o anúncio, cobrem quase  $\frac{3}{4}$  da face da folha. Com o título “Incêndio destrói Camelódromo da Central”, a matéria começa assim:

“Um incêndio que durou mais de quatro horas, com muita confusão e críticas à atuação dos bombeiros, destruiu ontem o camelódromo da Central do Brasil. O fogo teria começado após a explosão de um butijão de gás numa padaria. Durante os trabalhos de combate às chamas, aconteceram várias explosões. O terminal rodoviário Américo Fontenelle, que concentra 90 linhas de ônibus, a maioria com destino à Baixada Fluminense, teve o funcionamento interrompido. Os trens ficaram superlotados com a demanda extra de passageiros e o trânsito nos arredores da área atingida ficou caótico. Não houve feridos”.

Logo se percebe, ao lembrar a fórmula do lide jornalística (o que? Quando? Por que? Como? Onde? E o “E daí” adicionado por Carlos Lacerda em terras tupiniquins) que as informações sobre o trânsito não são de utilidade alguma para alguém que lê um jornal que fala de um acontecimento do dia anterior. A sua função lembra o que o jornalista e acadêmico José Rebelo, em seu “Discurso do Jornal” chama de Recuo Temporal. Segundo o autor, o texto jornalístico situa o acontecimento “num tempo anterior ao da sua produção como discurso” e, “através desse recuo temporal, ele atualiza o passado, ou melhor, transporta virtualmente o leitor para o momento de ocorrência do acontecimento já ocorrido” (REBELO:2004;111). À rigor, a descrição

do trânsito não cumpre a função de “informar” o leitor esperado, mas de “ambientá-lo”, simular sua presença no ocorrido.

A astúcia desta construção discursiva, segundo Rebello, é que o leitor percorre o caminho do acontecimento no seu desenrolar, mas chega imperceptivelmente ao momento zero, isto é, ao instante que separa passado e futuro” – que a narrativa não apresenta explicitamente. Assim, “ainda imperceptivelmente, o leitor megalha num mundo já não do realizado, mas do realizável que a narrativa antecipou” (REBELO:2004;111). No caso da matéria de “O Globo”, a mutação temporal se dá na destruição do Camelódromo, pois este tivera apenas metade de suas lojas danificadas total ou parcialmente, o que aparece como um “592 barracas” sem referência ao total de estabelecimentos.

Também há outro ponto em que se dá a mudança do nexos cronológico: quando se fala da forma de propagação do incêndio, inclusive com o Box “Mercados Explosivos que afirma: “Imóveis colados uns nos outros, instalações elétricas e de gás nem sempre em boas condições ou grande quantidade de material inflamável. Combinando um ou mais desses fatores, lojas e mercados populares do Rio sofrem frequentemente com incêndios”. Nesse e em outros trechos, mostra-se o fogo como um incêndio anunciado, bastavam as faíscas para tudo ir pelos ares. Não são apresentadas razões estruturais para que esses mercados sejam construídos dessa forma, antes se coloca que lojas e mercados populares sofrem constantemente incêndios, como se fosse um atributo deles (ou se implica que sejam construídos assim por simples incompetência).

Há também outro mecanismo discursivo presente no texto: a criação da figura da vítima. Como afirma Paulo Vaz, isso é realizado de maneira a identificar o leitor como caso, mas essa identificação não é a mesma que poderíamos observar entre os camelôs, por exemplo: o incêndio é mostrado como uma eventualidade que pode acontecer em qualquer lugar e com qualquer pessoa por uma questão de um cálculo probabilístico de risco; qualquer lugar é um alvo de incêndio em potencial, deve-se controlar os fatores que levam a isso (VAZ:2004;101-113).

O uso dessa figura da vítima na reportagem coloca os camelôs no âmbito da urgência e da carência. Através do “perdi tudo” e das imagens de destruição, os camelôs da matéria perdem sua credibilidade para demandas políticas e ficam à mercê de ajudas humanitárias e ações governamentais — ainda que os vendedores reais ainda

mantenham esse poder, já se mencionou o poder da representação sobre a realidade e isso abre caminho para a lógica do mercado no tecido da cidade.

Na ambiência que o texto cria, não há a dimensão do por quê os camelôs lamentam tanto a sua perda nem o que eles querem após o incêndio — para os objetivos da reportagem é mais importante descrever o trânsito (que está em dois parágrafos) e a destruição e a confusão de maneira mais ou menos genérica (com três parágrafos).

Certamente há aqueles que pensam que esta análise é um exagero porque o jornal é um veículo com espaço bastante restrito e não há lugar para estas descrições. É um argumento dotado de certa razão, mas as páginas do veículo podem variar conforme o interesse. Basta uma rápida olhada em como o suplemento de informática do mesmo jornal pode se dedicar a descrições minuciosas do I-Pad ou de outro aparato tecnológico em vez de dar a imagem generalizada.

Há ainda dois dados importantes no texto. Um deles é que se apresenta que um dos camelôs, Pablo Rodriguez, afirma ter sido agredido, mostrando ferimentos nos braços. Eu não conheço o vendedor em questão, mas as agressões aos camelôs não são raras no contexto da Central do Brasil — presenciei mais de uma vez casos como o dele e os relatos dão conta que não fui o único. A violência a Pablo aparece destoando do tom geral da matéria, adicionando informações que poderiam apontar para outras linhas de força envolvidas no acontecimento, mas é logo deixada de lado para se falar do incêndio.

O outro é uma pequena avaliação sobre a atuação dos bombeiros – um dos pontos mais apontados pelos camelôs como deficientes. Foi constatada, por exemplo, a falta de água nos hidrantes da região, a partir da fala do bombeiro Tenente Coronel Alexandre Sobral. O que não se investiga é a total falta de assistência dos serviços públicos na área do qual a falta de água é apenas um exemplo e nem a hora que foi dada a chamada aos bombeiros. A repórter Carla Rocha foi autora de pelo menos mais duas matérias no mesmo dia, além da do incêndio, o que ajuda a explicar a falta dessa investigação.

Na edição correspondente a de “O Globo”, o jornal “O Dia” dá metade da capa ao assunto, com uma enorme foto de um homem emergindo das chamas do camelódromo, parecendo fruto de uma cena de filme de ação. Embaixo um título em vermelho sangue salta aos olhos, “Inferno no Camelódromo/ Incêndio destrói 400 lojas”. Já se nota uma discrepância em relação ao número de “O Globo”: 592. Mas

pouco importa, pois sem o número total dos estabelecimentos do camelódromo, o 400 ou 500 só servem para espantar por ser uma quantia de três dígitos.

As páginas quatro e cinco do diário, ainda que suas folhas sejam menores do que a do “O Globo” (formato tablóide europeu de “O Dia” e Standard de “O Globo”), mostram um destaque maior dado ao caso. Como no outro veículo, metade do espaço é coberto por fotos que dão conta das emoções dos camelôs ou da destruição das chamas, além de um anúncio, desta vez do governo do estado do Rio de Janeiro.

Ainda é dado destaque, no espaço “nobre” do parágrafo de abertura a informações sobre o trânsito, mais uma vez buscando a projeção virtual do leitor no acontecimento. No geral, há uma tentativa parecida com do jornal competidor de naturalizar o camelódromo como destruído sem retorno, mas é dado maior destaque às declarações dos camelôs: são entrevistados cinco ambulantes. É curioso que mesmo que três declarações se limitam à categoria da vitimização que observamos em “O Globo”, há alguma variedade nos depoimentos dos vendedores. Um deles entra quando o jornal tenta nos aproximar das figuras dos camelôs, mostrando um brinde que alguns dos vendedores fazem para comemorar o fato de ninguém ter se ferido. “É para comemorar que estamos bem e não temos medo de recomeçar”, disse Paulo Tenório, 39, um dos comerciantes do local. “O Dia”, como confirmado pelo diretor de redação do veículo, Alexandre Freeland, é um jornal popular ainda que “as pessoas achem que ele não é, porque acham que tudo que é para o povo tem que ser popularesco”, de acordo com o jornalista. Como estratégia enunciativa é utilizada a aproximação com o leitor através de uma narratividade do cotidiano, aproximação que se confirma com novas chamadas sobre o assunto no próximo dia enquanto “O Globo” não deu mais espaço de capa. Porém, essa tentativa de identificação não produz outras diferenças significativas na abordagem não se traz, por exemplo, um apanhado sobre a história do camelódromo nem se destaca as violências contra os vendedores nem mesmo da maneira que “O Globo” colocou.

Em relação a cobertura de “O Globo” também não está colocada a naturalização dos fatores de risco do incêndio nem uma avaliação destas. Os boxes destacam outras informações, sendo um de título “Hipótese de ato criminoso investigada” e outro chamado “comércio com os dias contados”, que fala de uma dívida adquirida pelos vendedores.

No primeiro, destaca-se que o incêndio ocorreu após a inauguração da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no Morro da Providência e levanta-se a suspeita em relação a ato criminoso em represália a ocupação — hipótese considerada remota pelo major que comanda a operação. O Box termina com uma fala do presidente da Associação do Comércio Alternativo da Central do Brasil falando das perdas estimadas em R\$10 milhões e do desejo de recuperar o local.

Não há, nos dias subsequentes nem nesta edição nenhuma indicação de investigação por parte do jornal e nem mesmo há esclarecimentos maiores quanto às razões pelas quais o policial acredita que o ato não foi criminoso. Como já afirmado antes, a função que essa hipótese cumpre é a de ilustrar a matéria com um tom de mistério, sem maior consequência.

O segundo Box afirma que o Estado do Rio de Janeiro dera até o final do ano para que os camelôs deixassem o local, devido a dívidas de um aluguel de R\$23 mil mensais. Segundo o membro da Organização dos Advogados do Brasil, Carlos Nicodemus, os vendedores não teriam como cumprir o contrato.

Não há qualquer indicação da origem das dívidas e nem nada escrito sobre o acordo judicial em torno da questão – o valor estaca sendo quitado, segundo o advogado dos comerciantes. Sobre a atuação de traficantes no desvio de pagamentos, da qual o governo estava ciente, de acordo com o anexo VI deste trabalho, não há qualquer indicação.

Observa-se nos dois jornais algo para que o teórico Genro Filho atentara muito bem, que “o jornalismo não desintegra e atomiza a realidade, pelo simples motivo de que essa realidade não se oferece imediatamente à percepção como algo íntegro e totalizado”. Segundo o autor, seria no processo do conhecimento que aconteceria uma integração desta realidade, criando aquilo que chamamos de ‘contextualização’. Desse modo, o que ele destaca como problemática é a forma como esses “fragmentos” de real vão sendo montados no discurso dos meios de comunicação. À rigor, o incêndio do texto não ocorre em lugar nenhum, pois, ao contrário de uma figura multimidiática como o presidente Lula, que se preenche de significados como “chefe de Estado”, “líder do povo”, entre outros, a única coisa que é construída no jornal sobre o camelódromo é a sua própria destruição e o sofrimento (e perda econômica quantificada) dos que lá trabalhavam. O lugar é definido não a partir das características que marcariam seu território, mas a partir de seu próprio fim e da dor que este causou aos ambulantes.

Certamente, há outras mediações que podem preencher o significado de outras formas – tal qual a minha memória particular, por exemplo — e que, como apontaram os estudos culturais, interferem no que seria chamado “recepção” dos textos. Mas segundo Muniz Sodré em entrevista à Revista Famecos de Dezembro de 2001, a mídia não se constitui só como conteúdo, mas principalmente como ampliação da realidade que compete com a tradicional em nome do mercado (2001;20-21). Aplicando o que se escreveu sobre ideologia no começo deste capítulo, a percepção que se apresenta do camelódromo nessas primeiras matérias tem muito pouco de falso, mas há uma montagem racionalista, uma forma de realidade que valoriza aspectos como a quantificação do mundo e o risco enquanto desvaloriza a construção territorializada e os cotidianos dos camelôs e dos freqüentadores daquele espaço. Como no depoimento apresentado por Certeau em seu texto, “Estamos ligados a este lugar pelas lembranças... É pessoal, isto não interessaria a ninguém, mas enfim é isso que faz o espírito de um bairro” (*apud* CERTEAU:2001;189)

Na cobertura subsequente dos dois jornais vão sendo adicionadas novos elementos a esses quadro. No dia 28 de Abril, “O Globo”, sem chamada na capa, destaca: “Depois do incêndio, ordem na Central” – “Camelódromo será revitalizado com construção de novo terminal rodoviário”. Esse título e subtítulo trazem à tona a questão da ordem/segurança, debatidos anteriormente neste trabalho. Sem explicar nada sobre o que houve no dia anterior, o jornal começa, “Depois do incêndio, a renovação” e explica que será construído um terminal rodoviário e que o comércio local será remodelado. É necessário transcrever pois o trecho é um tanto surpreendente para aqueles que esperam a função pública do jornalismo e do governo:

“Ontem de manhã o prefeito Eduardo Paes já tinha anunciado que iria apresentar a proposta à Coderte, a fim de revitalizar a área. Paes afirmou que o local é de extrema importância para a cidade e que gostaria de ver erguido ali um mercado popular nos moldes do Mercado de Madureira

— Aquele terminal é fundamental para cidade e acho que temos que encontrar uma alternativa adequada. Aquilo que estava ali era um absurdo e talvez por isso tenha se incendiado, pelo grau de desorganização. Tinha muita coisa acontecendo ali dentro que não era adequada. Vamos estudar alternativas para aqueles ambulantes – disse Paes.

Na avaliação do prefeito, era o momento de rever os padrões de segurança do espaço.



— Era uma área que não tinha mais controle — disse Paes.”

As palavras de Paes passam sem qualquer contestação e nem sequer explicação. Por que o Estado não interveio antes? O que acontecia lá? Por que o local é importante para a cidade? De onde surge essa polêmica quanto a segurança? São perguntas que não são feitas durante a matéria.

Os camelôs não são entrevistados e se afirma que eles buscam o apoio da prefeitura para arranjar trabalho. No caso da demanda dos vendedores, realmente ocorreu manipulação grosseira — o protesto dos vendedores, ilustrado inclusive com uma foto em que eles seguram placas com a inscrição “Queremos trabalhar” (acabo aparecendo na imagem, por acaso), era contra a demolição do camelódromo. Isso foi gritado em alto e bom som, com o direito de reconstruir o camelódromo sendo uma das demandas dos vendedores.

Sem que o processo judicial tivesse sido concluído, a juíza responsável pelo caso autorizou a demolição do lugar e os vendedores impediram a ilegalidade. Além disso, a reportagem deixa passar batido o fato de que os camelôs funcionavam em regime associativo e que o projeto que o prefeito Eduardo Paes propõe é de capital misto entre estatal e privado. Como o projeto ainda não está concluído, até o fechamento desta monografia, não há como descrever a mudança no funcionamento do comércio no local, mas vários dos vendedores desistiram da esperança de continuar na Central.

Na linha de pensamento da modernidade-mundo, um camelódromo “nos moldes do mercadão de Madureira” contaria com ar-condicionado, escada rolante, lojas genéricas e poderia se constituir como ponto turístico, em acordo com os planos do governo para a região. Em outra matéria sobre um acontecimento que diz respeito ao camelódromo, a instalação da unidade de Polícia Pacificadora no Morro da Providência (vizinho ao local, onde vários dos camelôs moram), tanto “O Dia”<sup>16</sup> (“UPP quer atrair turistas ao Morro da Providência”) quanto “O Globo”<sup>17</sup> (“Na inauguração da UPP da Providência, no Centro do Rio, Cabral anuncia ocupação do Morro do Borel, na Tijuca”) destacam o potencial turístico da região, com o Secretário Jorge Bittar anunciando a construção de teleféricos na favela na matéria de “O Globo”. Frisamos

<sup>16</sup> [http://odia.terra.com.br/portal/rio/html/2010/4/upp\\_quer\\_atrain\\_turistas\\_ao\\_morro\\_da\\_providencia\\_76799.html](http://odia.terra.com.br/portal/rio/html/2010/4/upp_quer_atrain_turistas_ao_morro_da_providencia_76799.html), acessado em 29/11/2010

<sup>17</sup> <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2010/04/26/na-inauguracao-da-upp-da-providencia-no-centro-do-rio-cabral-anuncia-ocupacao-do-morro-do-borel-na-tijuca-916428878.asp>, acessado em 29/11/2010

novamente que a expansão do terminal a que este jornal se refere é essencial para os corredores exclusivos para ônibus chamados de Brts, constantemente anunciados como o sistema de transportes da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Já “O Dia” dá nota na capa “Prefeitura diz que vai reconstruir camelódromo em outra área”. O veículo dá maior destaque a uma promessa de reconstrução do camelódromo em outro local também associado à figura da modernidade (o jornal destaca ar-condicionado e escada rolante como se estivesse explicando como seria o novo camelódromo). Ao contrário do seu diário competidor, o jornal afirma que alguns imóveis seriam desapropriados para a nova construção e também que os assessores do Paes destacaram que seria em área central para garantir o movimento, mas também não vai muito além disso.

O diário também não segue seu competidor em ignorar o protesto dos camelôs: é dado um Box ao assunto do protesto, destacando que eles impediram a demolição, que nem é mencionada em “O Globo”. Não se explica muito bem as razões dos comerciantes apenas se dá espaço para a fala de Fábio Gomes, dono de padaria do comércio da Central, que diz, “Até agora, a gente não sabe para onde vai. Temos família e precisamos de um espaço para trabalhar”. Nem se fala que o desejo dos comerciantes é reconstruir o espaço, parece que a polêmica se resolve com o anúncio de Paes.

De resto, as duas matérias são muito similares, ambas destacam a mesma fala do prefeito, com “O Dia” ainda reforçando a questão da Ordem/Segurança com outra fala, de Ricardo Edler, diretor técnico da Coderte (designada incorretamente de estatal), “Será um passo importante para mudar a cara da região da Central do Brasil, que sempre foi muito conturbada e desorganizada”.

A única outra diferença está no destaque que o veículo local dá a uma pequena descrição do terminal, destacando que terá “lojas comerciais, estacionamento para 209 carros, canteiros arborizados e câmeras de monitoramento 24 horas. A obra custará R\$28 milhões”, já tratada anteriormente.

No dia seguinte, “O Globo” apenas reproduz matéria do “Extra” — jornal do mesmo grupo —, descrevendo as decisões tomadas em uma reunião dos camelôs com a prefeitura. O que se descreve são as promessas de se criar um mercado vertical, com mais de um pavimento, nas proximidades do terminal rodoviário. Também há um afala do presidente da Coderte falando sobre uma decisão judicial para que os camelôs deixassem o terreno desde 2009 — declaração não contestada mesmo com o advogado

dos vendedores tendo documentos que dizem o contrário (o que não é apresentado na matéria). Em seguida, só se fala da cobrança de uma dívida de R\$2,5 milhões. A matéria termina com um parágrafo falando da demolição do camelódromo, com um tom triste que destoa do geral da matéria:

“Enquanto as retroescavadeiras começavam ontem os trabalhos de demolição do camelódromo da Central do Brasil, por volta das 11h da manhã de ontem, os proprietários dos boxes que funcionavam no centro comercial assistiam à cena (sic) perplexos. Desde as 8h, os comerciantes retiravam da área o que havia sobrado de suas mercadorias. Pouca coisa restou”.

Pelo contrário, “O Dia” deu mais destaque ao assunto. Foram duas páginas, sendo uma devotada ao mesmo tema que ocupou um quarto de página no jornal rival e outra sobre as reformas em terminais rodoviários. O título da primeira é “Camelódromo com escada rolante” e ela começa descrevendo a promessa de Paes de construir um novo camelódromo e outros resultados da reunião.

Diferentemente de “O Globo”, nesse texto há uma declaração de uma camelô, Maria Amaral Felix, sobre a demolição do mercado. Na fala que o jornal edita, deixa-se entrever uma outra lógica que não é a razão instrumental que domina o noticiário dos dois jornais. Uma das vendedoras que protestavam no dia da demolição, Maria Amaral afirma “Foram 24 anos aqui, não agüento ver o que restou. Não consegui salvar nada. Minha loja era como minha moradia. Só ia para casa para dormir”.

O parágrafo seguinte trata de um caso pitoresco, um dos comerciantes, Valter de Rios, encontra sua gatinha mel entre os escombros. Um encontro que tem a função de aproximar o leitor do cotidiano do camelô através de um *fait-divers*. Essa postura, nesse caso se confirma com uma defesa de demandas dos camelôs, entregues através da OAB e que não foram completamente atendidas. Também é feita a primeira contestação da grande imprensa em relação a demolição, “No contrato com a Coderte, está claro que, em caso de sinistro, como um incêndio, o órgão pode ter o terreno de volta. Mas é preciso notificar 90 dias antes”, afirma na voz de Luiz Henrique Santos, advogado da Associação dos camelôs.

A outra matéria, “Terminais Rodoviários de cara nova” se trata de um texto informando sobre os valores e os projetos de reformas. Se por um lado, “O Dia” apresenta alguma preocupação com o destino dos camelôs, aqui o jornal faz a defesa dos ideais da modernidade-mundo.

“O Terminal Américo Fontenelle será reconstruído em função do péssimo estado das instalações elétricas e hidráulicas e das infiltrações. Por ali, circulam diariamente 50 linhas de ônibus e mais de 300 mil passageiros. A reforma prevê a construção de novas plataformas de embarque e desembarque, seguindo os padrões de acessibilidade para idosos e portadores de deficiência, novos banheiros elevadores, sistemas de som e vigilância e de monitoramento de entrada e saída de veículos”

O texto central da matéria condiz com o ideário da inclusão social liberal, que dá um lugar aos ‘excluídos’, sem considerar diferenças culturais e de formas de vida. “Segundo Francisco, alguns comerciantes que perderam tudo no incêndio poderão ter a oportunidade de trabalhar no local: “Eles poderão me procurar que eu farei a intermediação com a empresa que vai explorar a concessão da área””.

## **5. Conclusão**

Não é raro encontrar colegas que trabalham em redações de jornal falando que nunca passaram por nenhuma censura dentro das redações e nunca foram coagidos ou levados a escrever nada que não queriam. Geralmente são estes os que franzem a testa quando se fala do controle no jornalismo, pensando que este só aparece como a forma de um censor medindo milimetricamente cada linha e palavra que você escreve.

As questões do jornalismo e da mídia não se limitam a isto.

Como esperamos ter demonstrado no decorrer deste trabalho, a relação entre a mídia, a cidade e o cotidiano é muito mais complexa do que se falar ou não o que se considera a ‘verdade’, ainda que mesmo nessa cobertura, que não teve tanto destaque quanto um caso Isabela Nardoni ou UPPs, tenha ocorrido um caso de manipulação. A percepção que é construída no decorrer do processo jornalístico, com a naturalização de sua hierarquia de informações, as maneiras textuais de se construir uma ambiência para o público se relacionar com a matéria e a percepção da situação do país no mundo são também muito importantes para a construção da realidade midiática.

O jornalismo não é e nunca será a educação, a religião, a comunidade ou a família, formas que são descentradas (HALL) no que alguns chamam de pós-modernidade. Sem recorrer a formas de vinculação efetiva, o que a mídia produz em grande parte é, como coloca Sodré (2002;208), estetização para tornar aceitável a identificação entre a vida social e biológica com a vida virtual que se projeta através da tecnorealidade mercadológica — “em última análise, (...) entre democracia e Estado liberal burguês”.

Através de uma recontextualização em que os elementos são sedimentados na narrativa jornalística a partir de referências pretensamente ‘universais’ ou, pelo menos, que parecem dizer respeito a uma maioria da sociedade carioca e brasileira, abre-se caminho para a especulação imobiliária e turística — muitas vezes capitaneada por um ideal de modernidade ou de ordem/segurança que é uma estetização produzida por forças (ou empresas) específicas.

Essa estetização não se resume ou pelo menos não tem seu fim na própria esfera midiática. O Branding Urbano e a Patrimonialização das cidades são processos que ocorrem pelo mundo inteiro e que só tendem a se intensificar, considerando a proximidade da Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016, principalmente considerando-se a condição do Rio de Janeiro, dependente da especulação imobiliária e das indústrias da cultura-entretenimento e do turismo.

Nesse panorama, é necessário valorizar outras lógicas envolvidas nesse processo, geralmente deixadas de lado pela montagem hegemônica da realidade. As questões do lugar e da territorialidade levantadas por Michel Certeau não devem ser consideradas de menor importância diante da maquinaria tecnocultural.

Não basta, como pretendem alguns teóricos como Barbero, se apossar da estrutura midiática para prover ‘conteúdo de qualidade’ e que fale de outras formas que não a

hegemônica. A estrutura de produção e distribuição dos meios de comunicação estão marcados pela forma mercadológica, faz-se necessário, nos campos do mídia, a criação de espaços alternativos aos dessa lógica.

**Bibliografia:**

ARENDT, Hannah. O que é a liberdade? In: Origens do Totalitarismo. SP, Companhia das Letras, 1989.

AZEVEDO, André. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. In: Revista Rio de Janeiro, n. 10, maio-ago. 2003. Rio de Janeiro, editora Uerj, 2003.

BARTHES, Roland. Mitologias. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 1994.

BAUDRILLARD, Jean. Simulacros e Simulações. Lisboa, Relógio d'Água, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. O Mal-Estar na pós-modernidade. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CANCLINI, Nestor-García. Diferentes, desiguais e desconectados. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2006.

CAMPOS, Andreilino. Do Quilombo à Favela – A produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2005.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes do fazer. Petrópolis (RJ), Vozes, 1994.

DEBORD, Guy. A Sociedade do Espetáculo. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

DUARTE, Cristovão. Rio de Janeiro, doze décadas de favelas: da invisibilidade à onipresença. *Cedido pelo autor*

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. São Paulo, Editora Graal, 1979.

FREITAG, Barbara. Capitais migrantes, Poderes peregrinos. Rio de Janeiro, Editora Biblioteca Nacional, 2010.

GOMES, Sonia Pereira. A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca. Tese de Doutorado em Comunicação e Cultura, ECO/UFRJ, sob orientação do prof. Muniz Sodré. Ed. Escola de Belas Artes/UFRJ, 1998.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Ed. Loyola, 2003,

JACQUES, Paola Berestein. Cenografias e Corpografias Urbanas: Espetáculo e Experiência na Cidade Contemporânea. Publicação digital, 2008.

JEUDY, Henri-Pierre. O Espelho das Cidades. São Paulo, Editora da Unicamp, 2004.

- KELLNER, Douglas. A Cultura da Mídia. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2003.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. Dos Meios às Mediações – Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2008
- MOLLIER, Jean-Yves. O Camelô - Figura Emblemática na Comunicação Entre os Homens. São Paulo, EDUSP, 2009.
- PAIVA, Raquel & SODRÉ, Muniz. Cidade dos Artistas – Cartografia da televisão e da fama no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Editora Mauad, 2004.
- REBELO, José. O Discurso do Jornal. Lisboa, Editorial Notícias, 2004.
- SENNET, Richard. Carne e Pedra – O corpo e a cidade na civilização ocidental. Editora Best Bolso, 1994.
- SODRÉ, Muniz. Antropológica do Espelho. Petrópolis (RJ), Editora Vozes, 2002.
- SODRÉ, Muniz. A Narração do Fato – Notas para uma teoria do Acontecimento. Petrópolis (RJ), Editora Vozes, 2009.

#### **Referências Literárias mais presentes:**

- DO RIO, João. A alma encantadora das Ruas. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2005.
- EISNER, Will. Nova York - A vida na grande cidade.

#### **Netgrafia:**

- [http://www.olharvirtual.ufrj.br/2006/index.php?id\\_edicao=237&codigo=3](http://www.olharvirtual.ufrj.br/2006/index.php?id_edicao=237&codigo=3) -  
visitado em 19/07/10 – Entrevista com a professora Gabriela Lema Icasuriaga
- <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=87137> – acessado  
em 19/07/10. Entrada do site da prefeitura do Rio de Janeiro sobre Choque de Ordem